

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 34 | Novembro 2005



Banda Musical Vozalene (2005) / João Correia

Em Destaque

Associativismo nos territórios rurais



ADDLAP

Dão, Lafões
e Alto Paiva

P 12 Um fim-de-semana no Dão, Lafões e Alto Paiva

P 4 e 5 Entrevista a Alcides Monteiro

P 6 e 7 Associativismo no território da ADDLAP

P 20 Estação de Artes e Sabores

Associativismo

No coração da actividade dos homens há aquilo que os aproxima dos outros homens. As formas colectivas de organização, a que se convencionou chamar de associativas, constituem, talvez, nas sociedades ocidentais, uma das formas mais visíveis e dinâmicas de estabelecer as trocas, de encarar a partilha, de pensar as solidariedades.

Cada território possui a sua rede de actores – colectividades locais e outras associações que intervêm na áreas da cultura, desporto, lazer, etc. - e essas malhas são fundamentais numa óptica de coesão social. Hoje em dia, surgem novos modos de organização e de estar nas organizações: a globalização das economias e dos mercados acompanha-se também de formas fluidas e flexíveis de funcionamento destas estruturas, para as quais em muito vieram contribuir as novas tecnologias.

As estruturas mais tradicionais também souberam integrar as virtudes das NTIC (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação) e não é raro encontrarmos a mais distante associação cultural ou desportiva conectada por fios invisíveis e cidadãos de outras partes da Europa e do mundo. Este é, no entanto, um desafio que ainda não se encontra completamente ganho, e cuja importância é decisiva não só na construção de uma identidade local, regional e nacional, mas também na construção colectiva da identidade europeia.

A capacidade e a necessidade de participação activa nas estruturas associativas e nas iniciativas cidadãs, qualquer que seja o seu carácter e seu grau de (i)materialidade, constituem importantes indicadores de uma cultura democrática.

Confrontadas com a escassez de recursos e, por vezes, a dificuldade no reconhecimento da sua importância "o trabalho das associações, muitas vezes, não tem uma visibilidade imediata. Desenvolve-se quase que subterraneamente para garantir "condições fundamentais de vida" e melhorar a "qualidade de vida" das populações que residem nos espaços interiores", como sublinha Alcides Monteiro, professor de Sociologia e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior.

Os exemplos que são apresentados neste número do "Pessoas e Lugares" pelas diferentes associações traduzem mais uma vez essa imensa pluralidade de intervenções e a sua importância social, económica, cultural, bem como os diferentes patamares em que situam a sua acção. O programa LEADER, bem como outros programas e as próprias orientações políticas comunitárias tiveram um papel importante no reconhecimento, consolidação e capacitação das estruturas associativas, mas ainda há muito que fazer para que sejam genericamente considerados como actores legítimos e "pares" no próprio processo de consolidação e construção da cidadania.

Cristina Cavaco

NOTA DA REDACÇÃO

Na edição de Outubro do "Pessoas e Lugares" (n.º 33), na rubrica "Em destaque", na página 8, no texto "Cultura da vinha no Pico", de Arlene Goulart/Adeliçor, os dois últimos parágrafos não são da sua autoria mas de um autor açoriano - Tomás Duarte in "O vinho do Pico", numa citação que, por lapso, não foi devidamente assinalada. Pelo facto, apresentamos as nossas desculpas.

Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:

Organização:

Função:

Morada:

Código postal: -

Telefone:

Fax:

E-mail:

Comentários:

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa
Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa

Telf.: 21 3184419
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ www.leader.pt e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigado.

LEADER+ e associativismo

Uma coexistência indispensável

A dinâmica de constituição e evolução das parcerias, realizadas no quadro do programa LEADER, tem por base iniciativas de associações e organizações sem fins lucrativos muito diversas, que se têm vindo a unir em torno de objectivos comuns orientados para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Na verdade, o contributo do programa LEADER+ não se esgota na nobre missão de promoção e valorização das zonas rurais, já que a realização das suas diversas actividades e projectos tem sido coordenada, localmente, por parcerias de desenvolvimento constituídas por associações de natureza múltipla, como sejam, associações de agricultores, cooperativas, associações culturais e de desenvolvimento local, entre outras.

Independentemente da constituição de parcerias ser um requisito imprescindível do programa LEADER, importa assinalar as virtualidades deste procedimento, ao nível da cooperação entre um número significativo de organizações associativas locais, que partilham alguns bens e serviços fora dos interesses lucrativos, orientados para a solidariedade e justiça social. Por outro lado, as associações de desenvolvimento local têm vindo a consolidar uma maior legitimidade e representatividade territorial, conquistada ao longo de mais de uma década, através da gestão das três iniciativas LEADER, sendo a sua origem tão diversificada quanto o seu âmbito de acção: surgiram quer por iniciativa de um alguns cidadãos, interessados em participar activamente no desenvolvimento do seu território, quer de algumas instituições públicas e privadas, que se uniram em torno de um mesmo objectivo ou ainda, corresponderam a dinâmicas autárquicas, no quadro de associações de municípios.

A importância do associativismo no LEADER

Independentemente de outras razões que possam ser invocadas, como seja, uma maior maturidade ou crescimento associativo na década de 90, em Portugal, não se pode ignorar que origem das associações de desenvolvimento gestoras do programa LEADER nos diversos territórios rurais, foi claramente influenciada pelas duas Comunicações aos Estados-membros (1991 e 1994), relativas à Iniciativa Comunitária LEADER e LEADER II. E é, efectivamente, este movimento, que é revelador de uma mudança significativa no papel, funções e âmbito de actuação destas associações que, constituídas em parcerias locais foram tecendo, em conjunto, uma malha de objectivos e finalidades orientadas para o bem estar local.

Outro aspecto revelador da importância do associativismo no programa LEADER prende-se com o facto destas parcerias serem predominantemente estabelecidas entre associações (cerca de 60%). Por outro lado, a origem das 45 Associações que viram aprovadas as suas candidaturas à iniciativa LEADER, em 1991, resulta de três tipos de iniciativas: associações formadas por iniciativa de instituições privadas e/ou públicas (37,8%), como sejam associações, escolas, universidades ou instituições públicas regionais, por iniciativa de um conjunto de cidadãos (31,1%) e por iniciativa do poder local, como seja câmaras municipais, juntas de freguesia e/ou associações de municípios (31,1%).

Com efeito, a responsabilização dos Grupos de Acção Local (GAL) na estratégia de desenvolvimento para os diversos territórios LEADER, exige um forte envolvimento das associações a nível local. Sob esse ponto de vista, o reforço das parcerias regionais e locais, enquanto aplicação do princípio da subsidiaridade tem sido, desde sempre, uma das recomendações desta Iniciativa, tendo em conta a importância da governança local. E este é um aspecto essencial a não perder de vista, pois o desenvolvimento dos territórios rurais, ao nível competitividade económica e social, exige um forte e interveniente capital humano.

Pode-se, assim, afirmar que o LEADER impulsionou o processo de criação de Associações de Desenvolvimento Local em Portugal, contrariando uma prática na qual o centro de decisão estava fundamentalmente situado no exterior dos territórios. O facto de, nesta abordagem, se ter como ponto de partida as particularidades territoriais teve, visivelmente, duas vantagens práticas: a possibilidade de se poderem realizar acções ou projectos não previstos nos modelos tradicionais, rompendo com um modelo acentuadamente produtivista e a possibilidade de se contar com a participação activa dos diversos actores locais, sejam singulares ou colectivos.

A actual política de desenvolvimento rural deixa antever um cenário de maior protagonismo destas organizações associativas, dado o amplo espaço que lhe é reservado quer ao nível da gestão de fundos públicos, quer ao nível da dinamização e envolvimento das comunidades locais. O reconhecimento do valor acrescentado destas associações de desenvolvimento e respectivas parcerias torna-se, assim, uma questão fundamental, dado que o seu dinamismo pode contribuir positivamente quer para a progressiva renovação de um modelo de desenvolvimento de cariz associativo e local quer para ampliar a discussão pública de assuntos de interesse para as populações das zonas rurais.

Maria do Rosário Serafim
Rede Portuguesa LEADER+ /IDRHa



Conheça a dinâmica de formação "Comunidade e Iniciativa". Foto (2005) /ADLAP

Alcides Monteiro, docente da Universidade da Beira Interior

Associativismo: pilar da coesão social e do desenvolvimento local

Alcides Monteiro, professor auxiliar do Departamento de Sociologia e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior é o autor de um livro necessário sobre o associativismo. A temática da intervenção associativa interpelou e levantou uma série de interrogações a este filho da Serra da Estrela (São Romão, Seia), quando foi trabalhar para a Covilhã no quadro do III Programa Europeu de Luta contra a Pobreza, em 1990. Movido pela necessidade de aprofundar o conhecimento e a compreensão do universo pouco comum do fenómeno associativo, construiu a sua tese "Associativismo e Novos Laços Sociais - As iniciativas de desenvolvimento local em Portugal".

Alcides Monteiro acredita que o sector associativo está num processo de mudança. Novos movimentos, com um carácter mais fluido e mais localizado no tempo estão a emergir. Segundo ele, a estrutura fundamentalmente rural da sociedade portuguesa condicionou bastante o desenvolvimento do País e do associativismo até ao fim da ditadura, também ela obstáculo a qualquer espírito de associação livre e voluntária. Hoje, Alcides Monteiro reforça a necessidade premente de garantir, política e legalmente, a função mediadora das estruturas associativas, sob pena de pôr em risco o futuro de comunidades rurais, mas também urbanas, "se não houverem efectivas condições para preencher um espaço ainda distante entre o Estado, o Mercado e as populações".

Os baixos níveis de envolvimento das populações no desenvolvimento do território dificultam bastante a acção do associativismo. Como corrigir esse defeito de cidadania activa?

Estamos a falar de pessoas com baixas habilitações, muitas vezes com uma idade avançada, atomizadas (dispersas) na sua vida pessoal e familiar. É necessário recuperar os laços sociais e a vivência colectiva. Será que o caminho passa por restaurar os modelos de vivência comunitária que caracterizavam o nosso país nos anos 60 ou 70? Seguramente que não.

Numa sociedade pós-moderna, o tipo de relações que se estabelece entre as pessoas, no seio das famílias, dos grupos, nos espaços de trabalho, no contacto com os serviços públicos, alterou-se consideravelmente. Isso não significa que se passe a viver individualmente, única e simplesmente porque as pessoas o queiram. Há necessidade de vida em colectivo, de repor e de reforçar os laços sociais, que garantam a coesão social e a integração de cada indivíduo, família e comunidade. É um processo de aprendizagem. Este desafio passa necessariamente por formação: desenvolver a capacidade para participar, responsabilmente, numa dinâmica colectiva que depois beneficia cada um.

As organizações de desenvolvimento local têm um papel fundamental na dinamização de processos de formação para a participação. Face ao deficit de cultura democrática, a resposta também passa pela formação: como trabalhar colectivamente, como agir em grupo, como agir, gerindo distintas sensibilidades e formas de olhar para a realidade e perceber quais são as soluções para essa realidade. Importa adquirir novas competências técnicas e do foro relacional que possibilitem um efectivo investimento em parceria na participação.

"A missão destas organizações passa também por tecer laços sociais que se foram perdendo e que implicam acima de tudo a capacidade de diálogo, de reflexão conjunta e de procura no colectivo de uma alternativa para cada uma das comunidades."

As entidades gestoras do programa LEADER têm contribuído, devidamente, para o desenvolvimento dos territórios rurais?

As entidades gestoras do LEADER gerem em primeiro lugar um programa que tem em si princípios e pilares fundamentais para o desenvolvimento. Aliás, vem na herança de outros programas e medidas que a nível comunitário e nacional têm vindo a ser desenvolvidos. É necessário apostar em alternativas para o "local", no empenhamento dos diferentes actores locais. A participação das populações como protagonistas activos do desenvolvimento é fundamental. Não um desenvolvimento "para", mas um desenvolvimento "com". Este trabalho tem sido feito também pelas organizações que estão a gerir o LEADER. Não é, no entanto, só feito por elas.

Existe todo um tecido associativo, composto por organizações com diferentes perfis. Esta diversidade é fundamental. Ao buscar recursos em diferentes dimensões, alternativas em diferentes espaços, pode-se coser um processo e uma dinâmica de desenvolvimento local para um determinado território.

O desenvolvimento não deve ser propriedade de nenhum tipo de organizações, mas sim ser repartido entre os diferentes perfis organizativos que estão no terreno e que cobrem uma sociedade civil cada vez mais necessária, e que tem que olhar cada vez mais para o Estado e para o Mercado. O desenvolvimento local não se faz ao lado do Estado e dos agentes do Mercado, mas em parceria.

Perante um mundo rural à margem do desenvolvimento, envelhecido e desertificado, qual pode e deve ser o papel do associativismo?

Deve ser cada vez mais importante. As associações estão a enfrentar um período bastante conturbado. O modelo que as sustentou até aqui está a ser posto em causa, nomeadamente através dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA). Não gostaria de dizer que as associações apareceram só para gerir os dinheiros do QCA... Houve uma movimentação e uma dinâmica muito maiores que ultrapassaram claramente esse quadro, ainda que o tenham por referência. A mudança-se estas condições, também vão ter que se alterar as condições de sobrevivência e de gestão destas associações.

A sua missão é cada vez mais importante, por força da desertificação, do envelhecimento, mas também da necessidade do País. O País não pode continuar a sofrer uma sangria de todo o seu interior em favor de um litoral. O litoral está a enfrentar graves dificuldades em termos de gestão de fluxos migratórios internos e, por isso mesmo, a questão que se coloca aqui é de coesão e de equilíbrio nacional. Acredito que o papel importante das associações não vai poder ser abandonado. Não é, seguramente, o Estado que vai desempenhar uma função que compete à sociedade civil.

Perante estes desafios, estou em crer que irão haver grandes mudanças. Provavelmente, algumas associações irão desaparecer e surgirão outras. Quanto à missão, também estou convencido que alguns aspectos se vão alterar. Se calhar não vamos ter tanto apenas e só a gestão de algumas prestações, serviços e bens, por via da própria parceria com o Estado. Começa cada vez mais a afirmar-se o papel das associações como mediadoras de diálogo social, de diálogo entre as regiões dentro do próprio país, de resolução de problemas que poderão promover e garantir a coesão nacional.

“É fundamental que estas organizações olhem para lá do espaço do LEADER”

As associações travam uma luta contínua contra o tempo?

O trabalho das associações, muitas vezes, não tem uma visibilidade imediata. Desenvolve-se quase que subterraneamente para garantir “condições fundamentais de vida” e melhorar a “qualidade de vida” das populações que residem nos espaços interiores.

Se observarmos com atenção o conjunto das associações, nomeadamente aquelas que estão mais ligadas ao desenvolvimento local, vemos em determinados locais estruturas com muito peso e um trabalho significativo. No entanto, os circuitos de comunicação do País não são os mais favoráveis para que elas se afirmem. Talvez queiram mais garantir um resultado efectivo e uma eficácia no seu trabalho do que, propriamente, uma visibilidade. Também já há muitas associações preocupadas hoje em dia com o chamado *marketing* social, ou seja, com uma afirmação da sua própria visibilidade. E esta será sem dúvida também uma condição para a sua continuidade. É necessário um maior *marketing* social e até um *lobbying* social, no sentido de mostrar aos restantes sectores, Estado e Mercado, agentes do mercado incluídos, o quão importante é o trabalho destas associações a nível da integração social.

Quando escreve no seu livro que “as iniciativas se apoiam escassamente em reflexões de índole teórico-programática ou de acompanhamento-avaliação”, como é que isso se reflecte na acção das iniciativas de desenvolvimento local?

Reflecte-se substantivamente na acção, mas, acima de tudo, no modo como percebemos que dentro desta nebulosa associativa existem associações de vários tipos. Um dos factores essenciais para a afirmação das associações, ou da diferença dentro do tecido associativo, é a existência ou não de um projecto que denominei de projecto político. Por isso, a consolidação de um projecto que conduz e orienta a acção das organizações.

Muitas delas estão particularmente preocupadas em gerir um conjunto de solicitações em termos de prestação de bens e serviços que resultam da parceria com o Estado. Ao invés, outras associações têm vindo a apostar num projecto político sólido que marca uma ideia para o desenvolvimento do território, das populações e das comunidades com as quais se relacionam. Esta chave é fundamental, também em termos de determinação da sustentabilidade das associações. Se elas tiverem um projecto político sólido, no sentido mais nobre do termo, também terão condições para se afirmarem de forma mais sólida, enquanto elementos e pilares essenciais da chamada sociedade civil.

A carência de um projecto político autónomo não implica o desaparecimento da associação, até porque o Estado no nosso país está muito apoiado no modo como estas entidades gerem algumas das prestações sociais do Estado-Providência a nível local. O Estado precisa destas organizações. Estou convencido que vai continuar a interagir com elas. Agora, pergunto-me, como atingir determinados patamares em termos de intervenção se, de facto, por detrás dessa acção não está um ideal, um conjunto de orientações que poderiam marcar o projecto e o caminho das associações?

Um dos calcanhares de Aquiles das iniciativas de desenvolvimento local é a sua dependência de financiamentos do Estado. De que modo se poderia amenizar esta fragilidade?

Constanei no meu estudo que existe uma profunda dependência do ponto de vista financeiro em relação ao Estado. Embora tenhamos organizações com diferentes perfis. umas surgiram, apenas e só, a partir de pessoas que se associaram e de recursos financeiros encontrados no local, e outras gerem os seus recursos numa dependência até 100 por cento dos recursos que lhes chegam por via do Estado. Esta dependência tem vindo a gerar problemas, nomeadamente na relação entre esse mesmo Estado e as associações. Quando uma das partes é provedora de recursos fundamentais e a outra depende excessivamente desses recursos, estamos perante uma relação complexa e desequilibrada.

O Estado depende, hoje, em larga medida, da acção local destas organizações para a gestão de um conjunto de medidas públicas. Daí que, também de um ponto de vista funcional, esta relação seja de mútuo interesse e de mútua dependência.



Aviro Rosendo

Não só no aspecto financeiro como no funcional, existem espaços alternativos. Queria apenas sublinhar um: fala-se ainda muito pouco em Portugal das chamadas iniciativas de economia social e economia solidária – são um exemplo de outros espaços de acção e intervenção. Refiro-me, concretamente, a serviços de proximidade, ou seja, um conjunto de iniciativas que podem satisfazer necessidades fundamentais das comunidades onde estão inseridas e que assumem uma dimensão mercantil e não só. Associam-se-lhes uma dimensão relacional, política e participativa, dado que na sua génese e estruturação partilham princípios de satisfação de determinadas necessidades na prestação de bens e serviços, e também um conjunto de princípios que tem a ver com a relação entre as pessoas e a participação na actividade colectiva. Estas iniciativas são escassamente exploradas pelas nossas organizações. Trazem recursos financeiros alternativos, mas também significam novas intervenções do ponto de vista das organizações ligadas ao desenvolvimento local na construção desse mesmo desenvolvimento local.

Em que medida é importante redefinir a relação entre o Estado e as organizações de desenvolvimento local?

Essas organizações defendem a necessidade de se criar um código de boas relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, à semelhança doutros países. O *Compact* (*), em Inglaterra, por exemplo, tem vindo a ser gradualmente gerido e discutido por forma a garantir uma clareza na relação entre as organizações e o Estado. Esta definição em Portugal é também absolutamente necessária. No seio da ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, uma das redes das organizações de desenvolvimento local, têm sido promovidas várias reflexões e produzidos vários documentos, numa tentativa de enriquecer o debate. Falta uma disponibilidade do ponto de vista da organização pública do Estado para ir mais longe nesse debate, na consolidação de uma carta de boas práticas e, consequentemente, de um eventual estatuto jurídico para estas organizações, embora elas não queiram apenas um estatuto, mas muito mais uma carta de relacionamento.

Perante a actual situação e, olhando para o futuro que conselho daria as entidades gestoras do LEADER?

Qualquer uma das entidades que gere o LEADER tem que perceber que a sua missão deve ultrapassar o próprio espaço do programa. A sua responsabilidade e a importância do seu trabalho não podem desaparecer em nenhuma circunstância. O papel que desempenham no espaço rural, em favor da garantia da coesão social e da sustentabilidade dos espaços rurais não pode perder-se porque um programa acaba ou uma medida é substituída por outra. É fundamental que estas organizações olhem para lá do espaço do LEADER, percebendo que têm a esperança das populações depositada sobre elas. É preciso defender um modelo de sociedade, protagonizar a sua defesa e procurar, gradualmente, as alternativas para que possa ser desenvolvido e consolidado. Por isso, agir na diversidade. A missão destas organizações passa também por tecer laços sociais que se foram perdendo e que implicam acima de tudo a capacidade de diálogo, de reflexão conjunta e de procura no colectivo de uma alternativa para cada uma das comunidades.

Entrevista de **Maria do Rosário Aranha**

(*) www.thecompact.org.uk

Associativismo no mundo rural

A ideia de revitalizar o mundo rural, apoiada em iniciativas inovadoras, designadamente a abordagem global ascendente, as parcerias, a interacção, a solidariedade, a proximidade e a cooperação, estão na essência da existência das associações.

Apesar dos múltiplos desafios que se colocam às associações locais, cada vez mais são reconhecidas as suas capacidades como parceiras fundamentais e indispensáveis nas estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais. O seu papel é imprescindível, ao cultivar a união das comunidades em torno de interesses e domínios tão diferentes como o ambiente e protecção dos animais, artes e cultura, actividades com crianças, jovens ou idosos, defesa do património, desporto e actividades de lazer.

O associativismo é uma presença activa na vida da comunidade, mantendo viva a vontade de partilhar valores comuns e estimular sentimentos de cidadania, democracia, cooperação e parceria. O associativismo acaba por funcionar como sustentáculo da comunidade, educando segundo moldes que possibilitam a segurança de uma coesão e diferenciação cultural local.

Logo, os territórios deveriam reconhecer, com mais generosidade, a importância deste movimento, a capacidade de dar desinteressada e o sacrifício da grande maioria dos seus dirigentes, para com a comunidade. Dai a importância de incentivar a continuação da sua actividade, através de medidas específicas ou programas/iniciativas comunitárias.

A Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) constituiu um forte contributo para o aparecimento e multiplicação do movimento associativo em todas as suas vertentes, nomeadamente das Associações de Desenvolvimento Local (ADL).

Com efeito, o programa LEADER impulsionou o desenvolvimento de novas formas associativas descentralizadas que permitem um maior envolvimento da sociedade civil na resolução dos grandes problemas que afectam o mundo rural, aproximando as decisões das iniciativas.

As parcerias em que assentam as ADL permitem responder, de uma forma mais integrada e eficaz, aos problemas locais, uma vez que diferentes motivações e sensibilidades permitem arranjar soluções adequadas para situações específicas.

O LEADER+ (2001-2006) e as duas iniciativas anteriores – LEADER I (1991-1993) e LEADER II (1994-1999) –, ao proporcionarem a aplicação de uma nova abordagem para o desenvolvimento rural, contribuíram para a consolidação de uma nova política de desenvolvimento sustentável, fortalecimento da dinâmica organizativa local e competitividade dos territórios rurais em áreas tão diversas como o turismo rural, a valorização de produtos locais, a promoção do ambiente, a criação de pequenas empresas ou de serviços de proximidade.

Actualmente, são já visíveis alguns efeitos que este Programa preconizou quer nos promotores, quer nos territórios, como, por exemplo, a melhoria

ASSOL

Apoiar pessoas com deficiência dos concelhos de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela foi o que levou à constituição da ASSOL - Associação de Solidariedade Social de Lafões, em 1987.

Numa lógica de promoção dos deficientes, a ASSOL reúne várias valências. Desde 1989, quando começou a funcionar, que a formação profissional faz parte do seu dia-a-dia. Acreditada pelo INOFOR, a ASSOL tem actualmente dois cursos a funcionar, ao abrigo do programa Constelação (IEFP): operário fabril e servente em geral. "A integração no mercado de trabalho começa logo na formação", esclarece Mário Pereira, director técnico da ASSOL, "porque a componente prática é feita em estágio". Aqueles que não têm capacidades para seguir formação, pessoas adultas com deficiências graves, são encaminhados para o Centro de Actividades Ocupacionais que conta, neste momento, com 66 utentes, com idades entre os 18 e os 65 anos. Para os deficientes com problemas crónicos de saúde mental, funciona, em colaboração com o Hospital de Viseu, o Fórum sócio-ocupacional (45 utentes). Para os que preferem continuar em casa, a ASSOL presta Apoio no Domicílio: 26 utentes actualmente. Desde 1991, a ASSOL apoia a integração social e escolar de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares. "Na nossa região, todas as crianças com deficiência podem ir à escola", sublinha Mário Pereira. Para além das instalações em Oliveira de Frades (sede), cuja ampliação e arranjos exteriores foram apoiados pelo LEADER II, através da ADDLAP, a ASSOL dispõe de um pólo em São Pedro do Sul, cujas instalações foram melhoradas com o apoio do LEADER+, e onde funciona também a valência do Centro de Actividades Ocupacionais, e um Lar de Apoio, em Cambra (Vouzela). Actualmente, segundo Mário Pereira, a ASSOL apoia, directa e indirectamente, 400 a 500 pessoas, movimentando cerca de um milhão de euros por ano. Os serviços são assegurados por 60 funcionários.

"O nosso financiamento é 90 por cento através de acordos de cooperação com os serviços públicos", sublinha Mário Pereira, revelando que, em vez dos actuais acordos fechados com a Segurança Social, o que a ASSOL gostaria de fazer era um acordo para o território, sem limitações.

Paula Matos dos Santos

Cantinho dos Animais Abandonados de Viseu

Scoby foi o primeiro. Apanhado no IP5, esteve vários dias na estrada até ser recolhido. A amputação de uma das patas foi irremediável, mas ficou bom. Depois veio outro e outro... "Começamos a abrigá-los na quinta de uma voluntária. Quando demos conta tínhamos 50 cães", recorda Ana Maria Vaz, da Direcção do Cantinho dos Animais Abandonados de Viseu. A primeira associação zófila do distrito de Viseu, constituída em Março de 1993.

A grande paixão pelos animais e a inexistência de um canil municipal foram as principais razões que levaram Ana Maria Vaz e mais sete mulheres a dar início ao projecto, em 1990. "Depois de muitas dificuldades", conta Ana Maria Vaz, "conseguimos um terreno que não era mais que um amontoado de rochedos". A partir daí, nunca mais pararam.

O apoio do programa LEADER, através da ADDLAP, foi decisivo. O LEADER II permitiu a vedação do terreno, a construção da cozinha e armazém em 2000. O LEADER+ tornou possível a construção da clínica veterinária e aquisição de algum equipamento, e criação de uma sala de recepção, sala banhos e tosquias. Este Programa permitiu ainda construir 10 boxes para alojamento temporário, acrescentando assim mais uma valência - hospedagem - que muito contribui para a viabilidade financeira do Cantinho.

Grças ao LEADER e ao protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Viseu, pelo qual foi autorizado a funcionar como canil, assim como das contribuições dos cerca de dois mil sócios que a associação já conta, o Cantinho recolhe, trata e abriga cães e gatos de todo o distrito, cerca de 30 por mês. Actualmente, o Cantinho abriga 600 animais. Há muito a lotação ideal foi esgotada, admite Ana Maria Vaz.

Mas a acção do Cantinho não se esgota aqui. Os três funcionários e os oito voluntários do Cantinho não têm mãos a medir. Desde a primeira hora que o Cantinho faz campanhas de adopção e, desde 2002, campanhas gratuitas de esterilização e castração. "Entendemos que o modo mais humano de diminuir o número de animais é evitando o seu nascimento", sublinha Ana Maria Vaz.



Paula Matos dos Santos

das condições de vida das populações, a valorização dos recursos naturais, a promoção de actividades que estavam em risco de desaparecimento, a recuperação de sítios históricos, a criação de pequenas empresas, descoberta de nichos de mercado, maior dinamismo social e cultural, entre muitos outros aspectos.

As associações que actuam no nosso território, designadamente, o Centro Social de Cambra, a Associação Empresarial de Lafões, o Cantinho dos Animais Abandonados de Viseu (associação zófila), o Clube de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva e a Associação de Solidariedade Social de Lafões (ASSOL) são, claramente, verdadeiros exemplos de agentes impulsionadores destes objectivos, realçando-se o papel do Programa como factor de reforço das suas capacidades e iniciativas desenvolvidas.

Tal como aconteceu com a maior parte das ADL que actuam em territórios rurais, a ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva surgiu com o impulso dado pelo LEADER, permitindo a realização de diversos investimentos que, pelo seu carácter demonstrativo e multiplicador, se repercutiram muito positivamente em toda a sua Zona de Intervenção.

Na prática, as associações são instrumentos de promoção do Desenvolvimento Local capazes de dinamizar os territórios, os agentes, os costumes, as artes, as tradições, gerando parcerias e interactividades, mantendo o mundo rural vivo.

Guilherme Almeida
Presidente da Direcção da ADDLAP

Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva

"Há um princípio que é sermos amigos da natureza". A frase de Paulo Loureiro, presidente da Direcção do Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva (CDCPVNP), traça os parâmetros de actuação do clube.

Fundado em Janeiro de 1977, o CDCPVNP nasce com o objectivo de fomentar "actividades que proporcionem a conservação da natureza e da caça e pesca". Com os anos, ganha eclectismo, através da organização de provas e prática de modalidades como *trial*, todo-o-terreno, motociclismo ou atletismo. Em fase de aprovação está a criação de uma zona de pesca.

O clube tem cerca de 900 sócios, que pagam 12 euros por ano. No âmbito das zonas de caça, são 230 associados, para uma área de 12 mil hectares, e estão divididos em residentes e não residentes. "Um filho da terra, natural ou residente, tem uma quota de 100 euros por ano, se não for residente já tem uma cota de 350 euros." As quotas e receitas da organização de actividades ajudam ao equilíbrio financeiro, "para podermos aumentar o nosso património, manter quatro postos de trabalho permanentes e, sazonalmente, mais três ou quatro".

Na actividade cinegética, o clube trabalha numa perspectiva integrada. "Tentamos fazer o equilíbrio das pessoas que vão à caça com a qualidade da caça". É neste sentido que surgem os projectos apoiados pela ADDLAP. O primeiro consiste na construção de quatro nichos de coelhos, localizados nas zonas de caça de que a associação é gestora, e que permitem o repovoamento cinegético. O segundo apoio LEADER II acontece na Quinta da Azenha, freguesia de Alhais, onde a associação construiu um edifício que contempla espaço de refeições e de lazer. Clássico espaço de convívio para sócios e público em geral. Por fim, um apoio LEADER+, para a recuperação de um campo de tiro, com um edifício de apoio. O complexo tem 10 hectares e serve ainda para realizar provas de motociclismo, moto-quatro e atletismo

João Limão

Associação Empresarial de Lafões

A Associação Empresarial de Lafões (AEL) foi constituída em Julho de 2001 por um grupo de jovens empresários de Lafões com o objectivo de dinamizar e tonar mais competitivo o sector empresarial da região. Como explica Gil Ferraz, da Direcção, "a região ia perdendo oportunidades por não haver uma estrutura que pudesse canalizar para ali projectos de desenvolvimento".

Começando do zero, "como todos os projectos empresariais", refere Gil Ferraz, a AEL conseguiu criar estruturas de apoio aos empresários, nos três concelhos de Lafões: Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela. "Pequenas estruturas que acompanham diariamente as dinâmicas locais em cada um dos concelhos", prestando um conjunto de serviços especializados em várias áreas, do apoio à criação de empresas à consultoria económica, técnica e fiscal e formação profissional, numa clara aposta nas pessoas, na criação de "massa cinzenta".

Um quadro permanente de cinco técnicos assegura o funcionamento da associação e oito consultores "dão apoio de primeira linha aos projectos que lançamos", diz Gil Ferraz - "sempre em parceria", sublinha. Entre os parceiros estratégicos da AEL, Gil Ferraz destaca, para além das câmaras municipais, a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários), AIP (Associação Industrial Portuguesa), Conselho Empresarial do Centro, Associação Industrial da Região de Viseu e a ADDLAP, com a qual está a desenvolver uma rede de centros de incubação de empresas, no âmbito do programa LEADER+ (São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades).

Com 220 associados, a AEL não cobra pelos serviços prestados, quer a sócios, quer a não sócios. O que financia as actividades da AEL, diz Gil Ferraz, "são os projectos e as dinâmicas que envolvemos". Além da formação, a AEL conta neste momento com dois projectos ao abrigo do URBCOM (Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial), e um no PITER (Programa Integrado do Turismo Estruturante e de Base Regional).

Paula Matos dos Santos

Centro Social de Cambra

Um total de 85 indivíduos, 35 em regime de apoio domiciliário, 10 idosos no centro de dia, 20 crianças no ATL (Actividades de Tempos Livres), e outras 20 na creche, constituem os utentes do Centro Social de Cambra (CSC).

Formado em 1997, o CSC resulta da "necessidade de apoio à terceira idade e crianças", revela João Tabora, secretário da Direcção. Começa com o

transporte de crianças para a escola, a partir da aquisição de uma carrinha, com apoio da ADDLAP, no âmbito do LEADER II. O veículo projectava já a existência de serviço de apoio domiciliário, que se concretizou em 1999, beneficiando 15 utentes. Por esta altura, a associação divide-se entre as instalações da Associação Cultural e Recreativa de Cambra, onde

funciona a Direcção e cozinha, e Junta de Freguesia, que alberga a lavandaria. O ponto de viragem começa em 2001, com a candidatura ao POEFDS, para a construção de um edifício para sediar o Centro. Entre a aprovação e construção, as instalações só são inauguradas a 23 de Janeiro de 2005. Mas contam com espaços de confeção e serviço de refeições, lavandaria, casas de banho equipadas para deficientes, parque infantil, sala de estudo, e sala de computadores, com biblioteca e espaço para pintura e jogos. Uma estrutura que possibilita o alargamento de valências.

A base associativa, que no início era composta por cerca de 70 associados, expandiu-se a 313 sócios, que pagam uma quota anual de 60 euros, sem beneficiares de "regalias especiais". Valores que estão longe de assegurar a sustentabilidade do CSC. Esta, assenta em acordos de cooperação com a Segurança Social. Os utentes também participam, mas através de valores simbólicos.

O crescimento da associação, manifesta-se no alargamento do património a quatro veículos, e na importância que conquistou como entidade empregadora na região (tem 16 funcionários no quadro), além do alargamento territorial. O CSC beneficia utentes de Cambra, Carvalhal de Vermilhas e Paços de Vilharigues.

João Limão



Paula Matos dos Santos

Casas do Povo

As Casas do Povo são “instituições de base associativa, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira”. Actualmente, existem 40 na Região Autónoma da Madeira, desempenhando um papel importante no envolvimento da população no seu próprio processo de desenvolvimento.

Pensar hoje o desenvolvimento rural é, acima de tudo, considerar, por um lado, a importância de mobilizar as pessoas para a participação efectiva na tomada de decisões e, por outro, a capacidade de se reinventar um território. Neste sentido, é possível criar as condições que permitam a fixação da população nos territórios antes dominados pela agricultura, de modo a conseguir aliar de forma harmoniosa a inevitabilidade da mudança com a necessidade de manter a sua herança cultural, recriando a tradição.

Um dos aspectos que caracteriza a sociedade actual é exactamente a descaracterização do espaço rural, sendo vários os factores que contribuíram para que tal acontecesse, destacando-se três: em primeiro lugar, a escola, depois, as vias de transporte e, por último, os meios de comunicação; todos fizeram atenuar as diferenças entre o campo e a cidade, transformando os hábitos, deslocando-os e desenraizando-os e levando até ao surgimento de uma relação muitas vezes conflitual entre os dois espaços.

No entanto, e embora sejam indiscutíveis os benefícios trazidos por todos eles, também é um facto que o desenvolvimento, que tanto nos aproximou e facilitou a vida, também nos roubou muitas coisas, pelo que é necessário manter vivos os modos de sentir, pensar e agir próprios de cada comunidade, não apenas como espectáculo mas sobretudo como elemento de ligação entre as pessoas, de valorização da identidade colectiva e de enriquecimento do espaço comum.

E é neste sentido que as Casas do Povo, “instituições de base associativa, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira” (Artigo 1º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/82/M, sobre o Estatuto das Casas do Povo), têm vindo a desempenhar um papel fundamental na preservação da tradição, enquanto associações privilegiadas no conhecimento da população sob a sua influência e no acesso às fontes.

Actualmente, existem 40 Casas do Povo que são apoiadas técnica e financeiramente pelo Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais. Estas, através da dinamização das mais variadas actividades, seja a formação, a música, o artesanato, o desporto ou o simples convívio, desempenham um papel importante no envolvimento da população no seu próprio processo de desenvolvimento. Assim, sem sobressaltos, passado, presente e futuro convivem de forma harmoniosa, compatibilizando-se a tradição com a inovação, a preservação com o progresso, a experiência com o improviso.

É importante também não esquecer o papel desempenhado por outras associações de carácter social, cultural ou desportivo, e das próprias Associações de Desenvolvimento Local (ADL), a exemplo da ADRAMA - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e da ACAPORAMA - Associação Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, no caso da Madeira que, em parceria com as Casas do Povo das respectivas zonas de intervenção, têm apoiado as mais diversas iniciativas. Todo este trabalho, feito por pessoas com grande sentido social, espírito voluntário e, sobretudo, muita vontade e imaginação, já que, de modo geral, as Casas do Povo têm muito poucos recursos humanos, materiais e financeiros ao seu dispor, deverá ser reconhecido por todos aqueles que, directa ou indirectamente, acompanham ou dele beneficiam. De facto, o impacto social do trabalho das Casas do Povo é significativo e cada iniciativa tem um efeito multiplicador que, embora possa passar despercebido algumas vezes, tem permitido a criação e o reforço dos mecanismos de promoção da participação informada e aberta da população em geral na definição e execução do seu próprio modelo de desenvolvimento, na perspectiva da solidariedade e da igualdade.

Cecília Gonçalves

Chefe de Divisão de Apoio Sócio-Estrutural
Direcção de Serviços de Desenvolvimento Rural



“O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas”

Mark Malloch Brown
in Relatório do Desenvolvimento Humano 2004



Dão, Lafões e Alto Paiva

Desenhado entre serras - Arada, Freita, Montemuro, Caramulo e Leomil -, o território de intervenção da ADDLAP integra três regiões: Dão, Lafões e Alto Paiva. Os rios - Vouga, Dão e Paiva - fazem a união. A paisagem, natural e diversificada, revela o potencial turístico da região. A associação aposta numa oferta bem organizada.

Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Cinco concelhos, pertencentes ao distrito de Viseu, integram a área de intervenção da ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva. Limitado a noroeste pelo maciço da Gralheira (serras da Arada, Freita e Montemuro), a sudoeste pela serra do Caramulo, a nordeste pela serra de Leomil e a sudeste pela bacia do Dão, o território integra, como a designação da associação esclarece, três regiões: parte do Dão (Viseu), Lafões (São Pedro do Sul, Oliveira de Frades e Vouzela) e Alto Paiva (Vila Nova de Paiva e parte de Viseu).

Os rios - Vouga, Dão e Paiva - fazem a união. O Vouga, nasce na Serra da Lapa, atravessa o território de oriente a ocidente, dando lugar a um extenso vale de aluviões com elevada produtividade agrícola - onde se destaca a cultura da vinha (vinhos de Lafões, com Indicação de Proveniência Regulamentada - IPR) - e desagua na Ria de Aveiro. O Dão faz o seu caminho através da região, pelo Planalto Interior Beirão, até ao Rio Mondego. O afamado vinho do Dão, com Denominação de Origem Protegida (DOC), produz-se aqui - Região Demarcada dos Vinhos do Dão. A norte, marcam presença as águas cristalinas do Rio Paiva, que nasce na Serra de Leomil e desagua no Rio Douro.

Para além da abundância de recursos hídricos, o território goza também de boas acessibilidades, encontrando-se bem localizado relativamente aos itinerários principais IP3 (Figueira da Foz - Chaves) e IP5 (Aveiro - Vilar Formoso) e das auto-estradas A24 e A25.

O território de intervenção da ADDLAP abrange uma área geográfica de 1.369 km², integrada na NUT III Dão-Lafões - região Centro -, repartida por 84 freguesias (12 Oliveira de Frades; 19 São Pedro do Sul; 7 Vila Nova de Paiva; 34 Viseu; 12 Vouzela), onde residem 141.225 habitantes, de acordo com os resultados dos Censos 2001 do Instituto Nacional de Estatística (INE).

No âmbito do programa LEADER+, porém, a Zona de Intervenção (ZI) definida abrange apenas 71 freguesias, dado que foram excluídas sete freguesias do concelho de São Pedro do Sul, por já estarem incluídas na ZI da ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, e seis do de Viseu, por serem consideradas urbanas no quadro do Programa. Segundo dados da ADDLAP, a ZI abrange uma área de 1.126 km² e conta com uma população residente de 99.327 habitantes.

De acordo com dados do INE, Viseu é o maior concelho em área (507 km²). Seguem-se-lhe São Pedro do Sul (349 km²), Vouzela (194 km²) e Vila Nova de Paiva (175 km²). Oliveira de Frades é aquele que apresenta uma área menor (145 km²).

Viseu volta a destacar-se quanto ao número de habitantes. De acordo com os resultados dos Censos 2001 do INE, a população residente é de 93.501 habitantes. Qualquer um dos restantes concelhos apresenta valores bastante inferiores: São Pedro do Sul 19.083, Vouzela 11.916, Oliveira de Frades 10.584 e Vila Nova de Paiva 6.141. Quanto à densidade populacional, as diferenças são bastante significativas, apresentando Vila Nova de Paiva a mais baixa (35 habitantes por km²) e Viseu a mais elevada (184 habitantes por km²). A área de intervenção, no seu todo, apresenta uma densidade populacional de 103 habitantes por km².

No conjunto dos concelhos, a variação da população residente, entre 1991 e 2001, não acompanha a tendência positiva da NUT Dão-Lafões. À excepção de Viseu, que apresenta um aumento populacional de 11,8% (quase mais 10 mil habitantes), e Vila Nova de Paiva, embora de modo pouco expressivo (0,9%), a variação da população residente é negativa nos concelhos de São Pedro do Sul e Vouzela, ambos com -4,5%. Oliveira de Frades manteve os seus 10.584 habitantes.

Na década de 60, a região registou um decréscimo da população significativo, face a uma forte e generalizada emigração, com os concelhos de São Pedro do Sul e Vila Nova de Paiva a registarem as maiores quebras. Nas décadas seguintes, verifica-se um aumento do número de habitantes, devido quer à quebra do surto migratório, quer ao retorno dos emigrantes. Contudo, entre 1981 e 1991, o território volta a acusar um decréscimo de população, justificada pela diminuição do peso do sector primário. A variação só é positiva no concelho de Oliveira de Frades, onde se assiste a um incremento dos sectores secundário e terciário. Vouzela é o único concelho que tem vindo a perder população desde a década de 60, o que, segundo a ADDLAP começa a ser preocupante. "É importante repensar algumas estratégias para

incentivar a fixação das populações, sendo fundamental apostar na formação e qualificação das mesmas”.

A semelhança de outras zonas do país, o segmento populacional dos “0-14 anos” é aquele onde se verifica um decréscimo de população mais acentuado, com três concelhos a ultrapassarem a barreira dos 20 pontos percentuais negativos: São Pedro do Sul e Vouzela (-28,2%), Vila Nova de Paiva (-25,1%) e Oliveira de Frades (-22,3%). Com -14,9%, Viseu é, ainda assim, o menos atingido.

Na classe de idades “65 ou mais anos”, todos os concelhos seguem a lógica inversa, com Viseu e Vila Nova de Paiva a registarem os valores mais expressivos, com 30,8% e 27,9%, respectivamente. O envelhecimento da população resulta da forte tendência migratória mas também do abandono do espaço rural, como sublinham as técnicas da ADDLAP, Isabel Dias, Júlia Carvalho e Maria de São José Nogueira.

A classe etária “24 a 65 anos” é a que apresenta mais habitantes: 51%, segundo dados da ADDLAP. Por sectores de actividade, mais de metade da população activa empregada encontra-se no sector terciário (60,5%). O sector secundário absorve 30,2% e o sector primário é o que assume menor relevo (9,3%), devido à perda de importância da agricultura. Vouzela e Oliveira de Frades são os concelhos onde o sector secundário assume maior relevância, traduzida no peso crescente que a indústria vem assumindo nestes concelhos. O sector terciário apresenta maior expressão nos concelhos de Vila Nova de Paiva, São Pedro do Sul e Viseu. Mas é em Viseu, sede de distrito, que se verifica uma elevada concentração de serviços.

É de salientar ainda que a área de intervenção da ADDLAP detém uma taxa de desemprego de 5%, inferior aos 5,8% da região Centro e 7% da região Dão-Lafões. O mesmo em relação à taxa de actividade, embora a diferença seja pouco significativa.

Na área de intervenção da ADDLAP verifica-se também uma grande concentração da população nas sedes de concelho, e que é especialmente visível em Viseu e São Pedro do Sul. Segundo Júlia Carvalho, Viseu sempre aglutinou a população das freguesias limítrofes e dos concelhos vizinhos, assumindo-se como centro urbano por excelência.

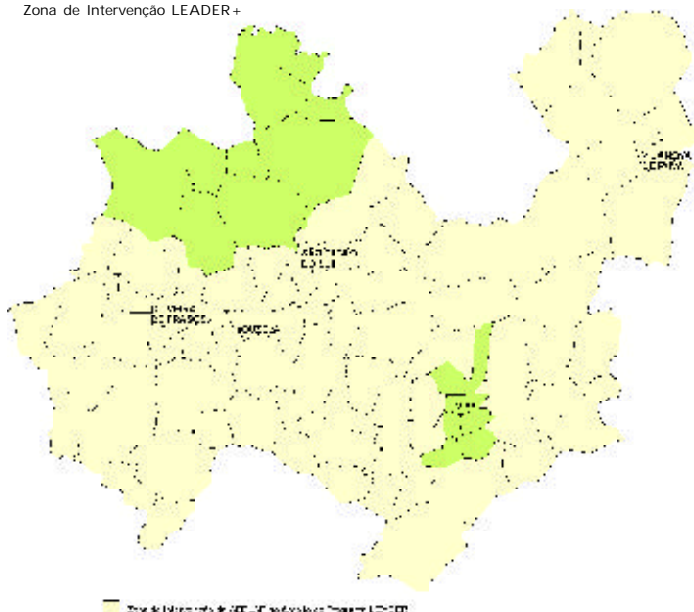
Paisagem revela potencial turístico

Com uma paisagem natural diversificada, com serras, vales, planaltos, rios e ribeiros, o território possui zonas de rara beleza. Locais privilegiados para o descanso mas também a prática de actividades ao ar livre, de lazer e desportivas. É nestes recursos naturais que assenta o potencial turístico do território. Contudo, apesar de bem servida ao nível de hotelaria, a oferta ainda não se encontra devidamente organizada, como refere Maria de São José Nogueira. “Já se vão organizando algumas actividades mas cada um está a trabalhar *per si*. A nossa ideia, no âmbito do LEADER+ (Vector 3), é começar a organizar



Torre de Cantina Vouzela / Francisco Botelho

Zona de Intervenção LEADER+



a oferta turística, de forma a potenciar os recursos naturais do território”. Na opinião da técnica da ADDLAP, as termas de São Pedro do Sul são um exemplo. “Através do PITER (Programa Integrado do Turismo Estruturante e de Base Regional) foi possível fazer a reabilitação urbana das termas, que arrastou a modernização hoteleira, mas falta organizar pacotes turísticos, de forma a pôr as pessoas que vão às termas a circular por todo o território”. Para além das termas - de São Pedro do Sul, cuja fama das suas águas remonta ao tempo dos romanos, e de Alcafache (Viseu) - *ex-libris* incontornáveis, a região detém outros trunfos turísticos. Em Vila Nova de Paiva, assinala-se a existência de património arqueológico relevante; o conjunto de espigueiros em Pendilhe; em Vouzela, as torres medievais de Alcofra, Cambra e Vilhariques; em Oliveira de Frades, a anta de Antelas; em Viseu, além do centro histórico - rico na monumentalidade - merecem referência o Solar do Vinho do Dão e a Casa da Ribeira (Fundação da Câmara Municipal de Viseu para a Protecção do Artesanato), o local, por excelência, para poder adquirir artesanato da região (cestaria, olaria, tecelagem, ferro forjado, cortiça, raízes, madeira, azulejaria). São famosas as mantas que saem da oficina Associação de Artesãos de São Pedro do Sul, instalada na antiga estação da CP na vila. Na gastronomia, rica e variada - outro dos trunfos - as especialidades são muitas... Para lá de inúmeras iguarias (das mais variadas sopas à famosa vitela à moda de Lafões, passando pelo não menos conhecido cabrito da Gralheira, enchidos de Vila Nova de Paiva e trutas do rio Paiva), sobressaem os doces... Pão-de-ló de Sul, caçolinhos do Vouga, queijadinhas de leite, pastéis de Vouzela, viriatos, castanhas de ovos, raívas e caladinhos. Para acompanhar, a região orgulha-se dos seus excelentes vinhos... Dão e Lafões.

Paula Matos dos Santos

Fontes: PDL LEADER+ ADDLAP; Censos 2001, INE



Termas de São Pedro do Sul / Francisco Botelho

ADDLAP

Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva



Constituída em Julho de 1994, a ADDLAP "resulta da vontade dos cinco municípios de se juntarem e formarem a associação".

A constituição, tardia para o programa LEADER, ocorre na perspectiva do LEADER II e outras iniciativas, com um grupo de trabalho que elabora o Plano de Acção Local (PAL) para a Zona de Intervenção.

O objectivo da associação é "promover o desenvolvimento rural integrado". O diagnóstico realizado para o PAL é multi-setorial e revela a "necessidade de articular recursos disponíveis", para os quais, o "LEADER pode ser a âncora". É assim que surgem seis Planos de Intervenção (AGRI), desenvolvidos em São Pedro de France e Farminhão (Viseu), Vouzela, Vila Nova de Paiva, São Pedro do Sul e Oliveira de Frades, e dois centros rurais: Alto Paiva e Norte de Lafões. Na área da cooperação, a associação está a desenvolver o Projecto "Waterwaysnet", um InterReg III-B - Arco Atlântico, numa parceria com franceses, espanhóis, irlandeses e ingleses, em torno da protecção ambiental. Ao nível da formação, a ADDLAP é acreditada como entidade formadora, e empreendeu quatro projectos formativos que resultam de "necessidades nas zonas rurais": a formação "Jovens Desafios" em construção civil (Eixo Youthstart), um conjunto de 31 acções de sensibilização (20 horas) subordinadas ao tema "Introdução à Gestão da Floresta" (medida 6 do PAMAF - Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal), um curso de "Cozinha Tradicional" (POEFDS - Programa Operacional do Emprego

e Formação e Desenvolvimento Social), e, ainda a decorrer, a formação de curta duração "Produção Biológica e Tradicional" (POCentro - Programa Operacional da Região Centro).

Além das formações em que é promotor, a ADDLAP é entidade parceira com o Centro de Promoção Social, para o desenvolvimento de cursos de formação de "Guias Turísticos" e "Saberes Fazeres Tradicionais". Uma dinâmica de parceria com outras entidades que a associação expande a mais projectos. Em relação ao LEADER+, a associação assumiu o tema: "Rural e Urbano - Unidade na Diversidade", que vem de encontro às características do território, onde existem zonas rurais e urbanas com uma forte rede de ligações que interessa potenciar, e que surge enquadrado no tema federador Promoção e Reforço das Componentes Organizativas e das Competências das Zonas Rurais. No âmbito desta intervenção, a ADDLAP incide no apoio ao associativismo local, uma determinação que se enquadra nos objectivos estratégicos da associação. A necessidade de promover uma intervenção diversificada, encontra resposta no carácter interventivo das associações, que fazem uma activa animação do território. Além disso, a ADDLAP tem "por princípio, apolar promotores que incluam maior número de pessoas".

ADDLAP

Centro Coordenador de Transportes
Av. Dr. António José de Almeida, 1º - R/C
3510-511 Viseu
Telefone: 232 421 215 | Fax: 232 426 682
E-mail: addlap@mail.telepac.pt | Internet: www.addlap.pt

Órgãos sociais

Direcção: Presidente Câmara Municipal de Viseu | Vice-presidente Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva | Vogal Câmara Municipal de Oliveira de Frades: Câmara Municipal de São Pedro do Sul: Câmara Municipal de Vouzela | **Assembleia-geral:** Presidente Câmara Municipal de São Pedro do Sul | Vice-presidente Região de Turismo Dão Lafões | **Secretário** Cooperativa Agro-pecuária "O Arado" | **Conselho Fiscal:** Presidente Câmara Municipal de Oliveira de Frades | **Secretário** Cooperativa de Artesanato "O Enleio" | **Relator** Fundação da Câmara Municipal de Viseu para a Protecção do Artesanato

Associados

Câmara Municipal de Oliveira de Frades, Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Câmara Municipal de Viseu, Câmara Municipal de Vouzela, ADILOFRADES - Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Locais de Oliveira de Frades, ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões, Fundação da Câmara Municipal de Viseu para a Protecção do Artesanato, Região de Turismo de Dão Lafões, Escola Profissional de Vouzela, ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários, Cooperativa Agro-pecuária "O Arado", Cooperativa de Artesanato de Torredeita "O Enleio", Comissão Vitivinícola Regional do Dão

Unidade de Gestão LEADER+

Câmara Municipal de Viseu, Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões, Escola Profissional de Vouzela, ADILOFRADES - Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Locais de Oliveira de Frades, ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários

PDL LEADER+

Promover e reforçar competências das zonas rurais

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADDLAP, no âmbito do programa LEADER+, pretende "responder a necessidades da população local, solucionando alguns dos seus problemas, dinamizando as potencialidades locais, tendo sempre em consideração as realidades territoriais e suas inter-relações e diversidades."

É com este sentido que o PDL adopta como tema: "Rural e Urbano - Unidade na Diversidade", enquadrado no tema federador: Promoção e Reforço das Componentes Organizativas e das Competências das Zonas Rurais. Uma estratégia que se sustenta na existência de zonas rurais e urbanas com fortes ligações, que interessa potenciar através da interacção entre os dois meios.

Uma intervenção que surge sustentada em torno de quatro objectivos gerais do LEADER+: mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais, transformando estes em espaços de oportunidades; garantir novas abordagens de desenvolvimento integradas e sustentáveis; e reconhecer e afirmar a originalidade e inovação da abordagem LEADER+.

Até ao momento, a ADDLAP regista a entrada de cerca de 220 projectos, e as portas continuam abertas a novas candidaturas.

A associação estabeleceu os meses de Março e Setembro como períodos de candidatura definidos para todos os anos, inclusive 2006, tendo havido uma fase extraordinária em Junho de 2002. No passado mês de Março decorreu a 7ª fase de candidatura. No Regulamento Interno da ADDLAP estão definidos os montantes máximo e mínimo de investimento, que vão dos 500 euros na Sub-medida 1.2, até aos 250.000 euros na Sub-medida 1.1. Nos casos em que existam "projectos de valor muito elevado, só é contemplada uma parte do projecto", nunca comprometendo os seus objectivos.

Ao nível dos promotores, a "maior parte dos projectos aprovados inscreve-se nas associações". Uma dinâmica que obedece ao objectivo estratégico da ADDLAP. Trata-se de uma "área muito diversificada, com necessidade de ser trabalhada, e quem tem trabalhado nestes espaços são as associações". Além disso, a associação prefere privilegiar o investimento de carácter colectivo. A nível interno, "a ADDLAP só é promotora no vector II, de cooperação".

Com um PDL LEADER+ de 4.234.450,86 euros, a ADDLAP aprovou, até 15 de Novembro, 100 projectos na Medida 1 (2.736.734,32 euros); 46 na Medida 2 (850.716,54) e seis na Medida 4. No Vector 2 (Cooperação), a despesa total até à mesma data é de 292.465,09 euros, num total de nove projectos.

Textos de João Limão

Equipa Técnica do GAL



Isabel Dias
Coordenadora

Nascida em Abraveses, Viseu, Isabel Dias prossegue os estudos na região, na Universidade Católica, curso de Gestão e Desenvolvimento Social, que complementa com a pós-graduação em Planeamento Estratégico, no Instituto Piaget. Um "curso de banda larga", que permite trabalhar numa empresa de auditoria e consultoria ainda antes de terminar a licenciatura. Trabalha em áreas de diagnóstico, recursos humanos e marketing até chegar à ADDLAP, em 1998, como técnica de Centro Rural. Não tarda a integrar a equipa LEADER, assumindo o acompanhamento de projectos, funcionamento e alguma contabilidade. Uma experiência que se revela "motivante".



Júlia Carvalho
Técnica superior

O curso de Engenharia Agrícola, na Universidade de Vila Real, começa a definir o percurso que a leva ao desenvolvimento local. "Identifiquei-me com áreas de apoio ao mundo rural". O primeiro contacto com o LEADER surge em Sabrosa, na Douro Histórico, onde fica um ano. Só que a entrada de novas associações no LEADER II abre oportunidades de trabalho, e esta natural de Vila Nova de Gaia acaba por rumar a Viseu, onde se encontra há quase 11 anos. Na ADDLAP dedica-se às áreas de formação e investigação, enquanto no LEADER acompanha projectos das medidas I e II. Um trabalho que oferece a "oportunidade de diversificação e enriquecedor ao nível do conhecimento".



Maria de São José Nogueira
Técnica superior

Depois de completar o 12º ano em Viseu, frequentou o curso de Planeamento Regional e Urbano, na Universidade de Aveiro. Ao desenvolver o projecto de fim de curso na área de Estudos e Impacte Ambiental, surge a oportunidade de trabalhar na área da Formação Profissional, em Viseu. Iniciando, assim, o seu trabalho no desenvolvimento local. A entrada para a ADDLAP, identifica-se "com este modo de trabalhar". O trabalho na elaboração dos PAL do LEADER II e dos Centros Rurais foi uma experiência riquíssima, que se prolonga noutros projectos da Associação. Coordena os Centros Rurais, Planos de Intervenção e Interreg. Acompanhando projectos LEADER, vector 1 e 2, sendo responsável pelo sector de relações públicas da Associação. Apesar das dificuldades, acredita que as associações devem ser "reconhecidas como parceiros efectivos do desenvolvimento local".



Fernando Mendes
Técnico de informática

Nascido em Viseu, Fernando Mendes termina o 12º ano do área científico-natural, mas, atento ao mercado, aposta num curso de técnico de software e num outro de monitor de informática, que lhe marcam o percurso profissional. Durante dois anos, trabalha como técnico e formador de informática, e mais tarde passa um ano num gabinete de artes gráficas. Até que, em 1997, ingressa na ADDLAP, onde mantém funções de responsável por toda a área de informática e de acompanhamento de todos os projectos desenvolvidos pela Associação. Um papel que lhe permite garantir que a intervenção da ADDLAP no território "é fundamental".



Isabel Silva
Técnica administrativa

Natural de Viseu, Isabel Dias prossegue os estudos na região, na Universidade Católica, curso de Gestão e Desenvolvimento Social, que complementa com a pós-graduação em Planeamento Estratégico, no Instituto Piaget. Um "curso de banda larga", que permite trabalhar numa empresa de auditoria e consultoria ainda antes de terminar a licenciatura. Trabalha em áreas de diagnóstico, recursos humanos e marketing até chegar à ADDLAP, em 1998, como técnica de Centro Rural. Não tarda a integrar a equipa LEADER, assumindo o acompanhamento de projectos e funcionamento da Associação. Uma experiência que se revela "motivante".

Um fim-de-semana no Dão, Lafões e Alto Paiva Por terras de Viriato, do Demo e Alafum

O território é diversificado em termos paisagísticos e pleno de história e de vestígios patrimoniais. Dos contrafortes do Caramulo e Montemuro aos vales encravados de Lafões e à zona planáltica do Paiva. Com Viseu como pólo urbano aglutinador, plataforma de articulação entre o litoral e o interior, entre o norte e o sul do país. Dedicar-lhe um fim-de-semana não chega, mas poderá ser estimulante para contínuas descobertas. Atreva-se o leitor.

Viseu é incontornável. Uma das cidades mais marcantes no património nacional, merece uma visita detalhada. Percorra o centro histórico na contemplação dos vestígios da história, admire a imponência medieval da Sé e do Museu Grão Vasco. Entre, percorra as naveas do templo e visite o claustro contíguo. Demore o tempo que for preciso entre as obras de pintura, escultura e artes decorativas que o museu alberga e que constituem um dos espólios mais ricos dos museus portugueses. Percorra as ruas medievais na descoberta do comércio tradicional ou dos belíssimos sabores regionais, servidos numa profusão de restaurantes de eleição.

Motivos de sobra para se entusiasmar. Mas não perca a célebre Cava de Viriato, monumento ligado à memória do herói da resistência ao domínio romano na península, e símbolo primeiro da nossa identidade nacional. Descontraia entre a vegetação frondosa do Parque do Fontelo e visite o Solar do Dão, uma recuperação de património invulgar e a mais moderna sala de visitas da cidade, onde pode aprender tudo sobre o vinho do Dão e apreciar um dos néctares de referência de Portugal.

Se conseguir resistir ao poder de atracção de Viseu, dirija-se a Vila Nova de Paiva, em demanda das Terras do Demo, que Aquilino imortalizou na sua obra. Visite o Parque Botânico "Arbutus do Demo", um projecto que aproveita os antigos viveiros da Junta Autónoma de Estradas, a Casa Florestal e os terrenos envolventes, permitindo explorar os aspectos botânicos, ambientais e paisagísticos, constituindo-se como uma unidade de lazer e simultaneamente pedagógica em termos de preservação ambiental.

Se é um entusiasta da arqueologia, encontra aqui solo fértil. Vários roteiros arqueológicos estão disponíveis para os interessados. Talvez uma boa opção seja iniciar a visita pelo Museu Arqueológico, integrado no moderníssimo Auditório e Museu Municipal, uma marca de modernidade que projecta Vila Nova de Paiva nos roteiros culturais nacionais. E se possui viatura adequada, desloque-se até à Orca dos Juncals, perto de Queiriga, para apreciar uma das antas ou dolmens mais bem preservadas percebendo, na sua totalidade, este monumento funerário do período megalítico. E para ficar a conhecer as velhas povoações de montanha vá até Pendilhe e Orca, apreciando os belos conjuntos de espigueiros recentemente restaurados e localizados no centro das povoações.

Entrando em terras de Lafões, inundadas de verde, vá até S. Pedro do Sul. Atreva-se pelas ruas recheadas de velhos solares e de capelas barrocas, franqueie as entradas disponíveis na descoberta de novos pormenores. Não perca a oportunidade de parar na Adega Cooperativa de Lafões e fazer uma prova de um vinho raro, um misto de verde e maduro, com uma produção reduzida

que não lhe permite maiores voos. Desça à antiga estação dos caminhos-de-ferro, hoje Estação de Artes e Sabores, onde poderá apreciar a doçaria tradicional da região e ver e comprar o artesanato local. Um espaço de eleição, onde a tradição e a modernidade se casam na melhor das harmonias. Depois passe pelo Centro Termal de S. Pedro do Sul, aprecie os belíssimos espaços ambientais e a intensa actividade turística. Visite a fonte geotérmica, as ruínas das antigas termas romanas, o balneário Rainha D. Amélia. As termas de S. Pedro do Sul, as mais frequentadas do país, são cada vez mais um espaço privilegiado de lazer e de saúde, que não apece abandonar.

Seguindo agora a caminho de Vouzela vai encontrar uma vila histórica plena de actividade. Um comércio tradicional, o dos antiquários, poderá ser um atractivo suplementar na sua visita. Não perca a visita à Igreja Matriz, românica, num espaço urbano dominado pela antiga ponte do caminho-de-ferro. Visite o Museu Municipal e percorra a rua da ponte romana, ladeada de mansões senhoriais, entre as quais a designada Casa dos Távora. Antes de deixar a vila não perca a oportunidade de saborear os belos pastéis de Vouzela, uma tradição conventual perpetuada até aos nossos dias.

Faça um périplo por três vestígios medievais únicos, as torres senhoriais de Alcofra, Villarigues e de Cambra. Espaços privilegiados de confronto com a história e com as lendas medievais.

Proponho-lhe que acabe este circuito em Oliveira de Frades, percorrendo o seu centro histórico e detendo-se no Museu Municipal. Tecnicamente muito conseguido, ali pode apreciar uma valiosa colecção etnográfica, que o introduz na tradição rural das gentes de Lafões. E também aqui encontrará motivos arqueológicos suficientes para longas descobertas. Não perca a oportunidade de visitar a Anta de Antelas, mesmo que para isso tenha que recorrer à Câmara ou ao Museu para acesso à respectiva chave. O que este monumento tem de especial é o conjunto de pinturas rupestres, com motivos geométricos e antropomórficos, uma característica única neste tipo de estações arqueológicas. Não acredito que algum dos leitores seja suficientemente disciplinado para concentrar num fim-de-semana tantos motivos a descobrir. Não desanime, programe vários, e deixe-se perder nos recantos destas terras. Através da natureza, do património, da gastronomia, da actividade humana, dos saberes tradicionais, das suas gentes, encontrará motivos mais do que suficientes para se reconciliar com a vida.

Francisco Botelho



Espequeiros da Orca, Vila Nova de Paiva / Francisco Botelho



Museu Municipal, Oliveira de Frades / Francisco Botelho

para dormir

Quinta da Comenda (Turismo Rural)
São Pedro do Sul
Tel.: 232 711 101

Hotel do Parque (SPA)
Termas de São Pedro do Sul
Rua de Lamas - São Pedro do Sul
Tel.: 232 723 461

Casa de Fataunços (Turismo de Habitação)
Fataunços - Vouzela
Tel.: 232 772 697

Casa do Aído (Turismo Rural)
Nespereira, Pinheiro
Oliveira de Frades
Tel.: 232 762 763

Estalagem Mira Paiva
Vale do Forno - Vila Nova de Paiva
Tel.: 232 609 140

Povoa Dão (Turismo de Aldeia)
Povoa Dão, Silgueiros
Viseu
Tel.: 232 958 557

para comer

Adega da Ti Fernanda
Avenida da Estação - São Pedro do Sul
Tel.: 232 712 468

Taberna do Lavrador
Cambra - Vouzela
Tel.: 232 778 111

Eira da Bica
Louça, Paços de Vilharigues
Vouzela
Tel.: 232 771 343

Restaurante da Luciana
Casal de Seixas - Oliveira de Frades
Tel.: 232 799 343

O Solar
Rua Dr. Ramiro Ferreira - Oliveira de Frades
Tel.: 232 761 382

O Malhadinhas
Rua do Malhadinhas - Vila Nova de Paiva
Tel.: 232 604 001

O Cortico
Rua Augusto Hilário, 47 - Viseu
Tel.: 232 423 853

para visitar

Termas de São Pedro do Sul: Associação de Artesãos de São Pedro do Sul; centro histórico (Vouzela); prais fluviais (Vouzela); torres medievais (Vouzela); anta de Antelas (Oliveira de Frades); roteiro arqueológico (Vila Nova de Paiva); conjunto de espigueiros (Vila Nova de Paiva); Solar do Dão (Viseu); Casa da Ribeira (Viseu); Museu (municipal e das Técnicas Rurais - Oliveira de Frades); centro histórico de Viseu

para levar

São Pedro do Sul: tecelagem, azulejaria, linho; doces tradicionais (queijadas, caçolinhos do Vouga); vinho de Lafões

Vouzela: linho; vinho de Lafões

Vouzela: capuchas; cestaria em verga; trabalhos em xisto e granito; doces regionais (pastéis de Vouzela, folares, caladinhos, ralvas, cavacas, queijadas)

Oliveira de Frades: cestaria; latoaria; cantaria em pedra; tapeçaria; tecelagem; capuchas de burel; moinhos artesanais; peneiras e crivos

Vila Nova de Paiva: artigos em burel

Vila Nova de Paiva: palhoças de junco; cestaria de vime; tecelagem de mantas; tamancas de pau de amieiro; ferro forjado

Viseu: artesanato (olaria, tapeçaria, cestaria - Casa da Ribeira)

Viseu: doces (viriatos; castanhas de ovos); vinho do Dão

Associativismo com intervenção territorial à escala regional/local

O Litoral Alentejano é uma sub-região coesa e homogénea, tanto ao nível das especificidades dos seus recursos, como da actuação dos seus actores locais. A ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano é um exemplo da experiência de actuação conjunta de entidades com vista ao desenvolvimento regional numa visão estratégica sub-regional, uma vez que é constituída sob a forma de uma parceria representativa do território. Dos seus membros fazem parte entidades públicas (autarquias e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) e privadas (associações sectoriais de recursos hídricos e agro-silvo-pastoris e outras instituições da área sócio-cultural).

A ADL, enquanto entidade de âmbito regional, gestora do programa LEADER+ "Alentejo Litoral", delineou uma estratégia de desenvolvimento local e regional baseada numa abordagem territorial, integrando vários sectores de actividade, sob uma forma participativa com os restantes actores locais.

A estratégia, definida no âmbito do Plano de Desenvolvimento local (PDL), teve como objectivo fomentar a coesão económica, social e territorial do Litoral Alentejano, atenuando as assimetrias entre as freguesias rurais interiores e a faixa litoral com alguns núcleos urbanos mais dinâmicos, de modo a assegurar a manutenção das áreas rurais como verdadeiros espaços sustentáveis e vividos, principalmente, em termos de qualidade de vida. Esta estratégia assume particular importância face ao contexto actual de concentração e congestionamento nas áreas urbanas e de despovoamento e abandono nas áreas rurais, tendo como ponto de partida o reconhecimento da mutação associada ao processo de globalização.

Parcerias com estruturas associativas locais

O modelo definido para a implementação do LEADER+ no território teve como pressuposto prioritário o cruzamento entre uma escala regional de planeamento e articulação interinstitucional com uma escala local de intervenção. Esta abordagem territorial traduziu-se no estabelecimento de parcerias com entidades de âmbito local para a dinamização de estruturas de animação territorializadas no âmbito do desenvolvimento rural.

A ADL estabeleceu esta parceria com as estruturas associativas locais com base no reconhecimento do papel privilegiado de mediação que as estruturas de animação podem assumir entre o nível local e o regional, de forma a que o local possa evoluir para um funcionamento em rede com os espaços circundantes, criando sinergias com uma estratégia à escala regional/nacional.

A dinamização das estruturas descentralizadas de animação concelhia (Núcleos) é complementada igualmente com uma abordagem territorial da ETL (Estrutura Técnica do LEADER+), estando os técnicos distribuídos por concelhos, e não por sectores de actividade, numa lógica de articulação com as estruturas descentralizadas a nível concelhio. Estas estruturas de parceria entre a ETL e os Núcleos funcionam como verdadeiras unidades pró-activas na procura de promotores enquadráveis na estratégia do PDL "Alentejo Litoral", com uma actuação de baixo para cima, tornam-se fundamentais para o surgimento de projectos que provem de uma concertação local e que se revelam fortemente ancorados ao território.

Fazendo um balanço intercalar do funcionamento desta parceria constata-se que se estabeleceram relações de proximidade entre os diferentes actores locais, através da actuação de equipas de terreno que funcionaram como facilitadores dos processos participativos de desenvolvimento dos territórios com problemáticas prioritárias. Esta situação levou a reajustamentos da estratégia, consensualizada entre a ETL e os Núcleos, para os territórios considerados de baixa densidade e com reduzido dinamismo



Odemira / Taipa

sócio-económico, no sentido de fomentar formas de organização da sociedade civil para colmatar necessidades ou para explorar potencialidades territoriais. Como exemplo, podemos destacar o apoio dado pelas equipas técnicas à constituição de associações de pais, para dar resposta à organização de um processo de ocupação dos tempos livres das crianças permitindo às mães a integração no mercado de trabalho, e o apoio à constituição de uma associação representativa da actividade tradicional da pesca recreativa dominante nas freguesias litorais.

No caso do concelho de Odemira foi estabelecida uma parceria com a Talpa - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, constituída na fase de preparação da candidatura ao programa LEADER+ (2000) mas igualmente com uma base representativa do território no âmbito local, para a dinamização do Núcleo de Animação Concelhio. Da experiência decorrida verificou-se progressivamente um reforço desta estrutura cooperativa, demonstrando a sua capacidade de perenidade no território, através da dinamização de outros projectos complementares, tanto na área sócio-comunitária como no área do desenvolvimento rural, de que é exemplo a Acção 8 do Agris com o projecto "Multifuncionalidade do Espaço Rural".

A complementaridade da intervenção Agris, através da dinamização de um plano de desenvolvimento rural na faixa interior do concelho de Odemira, para organização de um circuito de comercialização directo entre produtores e consumidores, permitiu o despoletar de outros projectos enquadrados na estratégia implementada no âmbito do LEADER+, como o centro de transformação e embalagem de produtos hortícolas para alargar a comercialização a nível regional/nacional. Tratando-se de um excelente exemplo de articulação entre a escala de animação territorial ao nível local com a escala regional estratégica.

Numa perspectiva de continuidade da intervenção das associações representativas dos actores locais e regionais, que apresentam um percurso de consolidação territorial, torna-se importante encontrar dispositivos de cooperação intermunicipal que assegurem a conciliação das estratégias de desenvolvimento regional com a aplicação dos financiamentos, indo ao encontro das orientações em termos de planeamento e ordenamento do território, através da criação de instrumentos que vinculem os actores territoriais.

Rita Vacas
ADL

Associativismo na Península de Setúbal

O movimento associativo surge em Portugal em meados do séc. XIX e desde então assumiu um papel determinante na sociedade portuguesa, pugnado pela defesa e promoção dos direitos humanos, sobretudo a nível social, económico e cultural, contando actualmente com cerca de 18.000 associações.

Exemplo claro do movimento associativo são as Associações de Desenvolvimento Local (ADL), enquanto instituições autónomas que proliferaram nos últimos anos por todo o país, assumindo um papel decisivo na dinamização dos territórios onde estão inseridas, sendo responsáveis pela gestão e implementação de programas de desenvolvimento integrado.

Embora constituída no âmbito do LEADER+ e com funções de gestão do programa na Península de Setúbal, a Adrepes - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal integra 17 associados, públicos e privados, representativos dos diversos sectores económicos, culturais e sociais da sua área de intervenção, nomeadamente, concelhos de Alcochete, Palmela, Moita, Montijo, Sesimbra e Setúbal.

A existência do LEADER+ na Península de Setúbal permitiu à Adrepes apoiar diversas iniciativas locais, inovadoras e diferenciadas, assentes no

artesanato, turismo, produtos de qualidade, ambiente, formação profissional, promoção dos recursos endógenos, implicando um investimento superior a cinco milhões de euros em todo o território, distribuídos por cerca de 140 projectos.

Por toda a zona de intervenção existem várias organizações, entre as quais destacamos a AVIPE - Associação de Viticultores do Concelho de Palmela e a Adega Cooperativa de Palmela que, pelas suas características e pelo trabalho que desenvolvem com os associados, são exemplo de boas práticas.

Consideramos inquestionável a função social das associações a nível local, dado que desempenham um papel significativo não só na preservação e revitalização do território, como também na implementação de acções que contribuem significativamente para o estreitar de laços com a população, enquanto elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural integrando e contribuindo para a dignificação das suas condições de vida.

Natália Henriques
Adrepes

Adega Cooperativa de Palmela

Fundada em 1955, a Adega Cooperativa de Palmela foi constituída para servir uma vasta região vinícola da qual fazem parte os concelhos de Palmela e Setúbal. Aquando do início da sua actividade, em 1958, a Adega produzia cerca de 1,5 milhões de litros de vinho e contava com 50 associados. Actualmente, a produção ronda os 10 milhões de litros representativos dos 400 cooperantes e é responsável pela vinificação de 20 por cento das uvas produzidas nos concelhos de Palmela e de Setúbal.

A produção engarrafada é cerca de metade da produção total e destina-se à comercialização no mercado interno e externo, onde os vinhos mais expressivos são: Palmela - Vinho tinto e branco (VQPRD - Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada) e o Moscatel de Setúbal (DOC - Denominação de Origem Controlada).



AVIPE

A AVIPE - Associação de Viticultores do Concelho de Palmela foi constituída em 1984 por um grupo de 24 viticultores da região, detentores de cerca de 300 hectares de vinha, com o intuito de defender os interesses dos associados no campo da promoção económico-social, investigação, experimentação, demonstração e divulgação de todas as acções técnicas, visando o melhoramento da viticultura e a formação profissional dos seus membros, quer por iniciativa própria, quer em colaboração com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Até ao final da década de 80, a sua actividade foi maioritariamente relacionada com a defesa e promoção da viticultura do concelho de Palmela, promovendo visitas técnicas a empresas vitícolas e a entidades estatais ligadas à investigação da viticultura. No final dos anos 90, e com o impulso das Medidas Agro-Ambientais, em particular da Protecção Integrada da Vinha, a AVIPE sofreu um importante incremento na sua actividade, iniciando-se o processo de acreditação enquanto associação reconhecida para a prática de Protecção Integrada da Vinha.

Estas medidas, subsidiadas pela Comunidade Europeia e pelo Estado Português, impulsionaram a viticultura da região, abrindo caminho a uma mudança de mentalidades que se reflecte em novas formas de produção, mais sustentáveis, associada à qualidade dos serviços técnicos prestados pela AVIPE, cujo contributo se tem revelado frutuoso na tentativa de combinar as novas tecnologias de produção com as práticas tradicionais.

Em 1999, a medida agro-ambiental Protecção Integrada tinha cerca de 300 hectares. Actualmente, existem cerca de 2.600 hectares em Produção Integrada, mantendo-se os 300 hectares em Protecção Integrada, entre os 300 associados. A AVIPE pretende aumentar a sua área de influência, aproveitando as características únicas da região em termos agro-climáticos e ambientais, pois só uma viticultura de qualidade pode dar origem a vinhos de excelência que caracterizam a região.

De que lado sopra o vento?

Sem grande preocupação pelo rigor histórico, arrisco afirmar que num país de tradição egoísta, porque também municipalista como o nosso, de ancestrais valores de capela e bandeira, o modelo que mais depressa assumiu a vontade plural das nossas populações foi o associativismo.

Em tempos de crise política, regulado o estatuto a lápis azul, foi modelo usado demasiadas vezes pelo poder, mas muitas vezes também expressão de alternância a soprar um leve vento de liberdade.

Nas áreas rurais a sua face representativa era, entre outras de ferrete religioso, o folclore com os ranchos, a música com as imponentes sociedades filarmónicas em arruada ou concentração de coreto, o teatro cénico e a futebolada do campo pelado; representações sociais de um povo que encontrava aqui um espaço para evocar o hino da sua alegria, somatório do pequeno prazer, resquícios de população culta com pés de arado, mãos em concha de pedir, olhos baços. Lá fora, a diáspora era este modelo ainda mais primário, um artesanato de saudade e nostalgia entre a Europa e o imenso caminho Atlântico que ainda hoje nos une, esse "labirinto da saudade".

Abril transformou drasticamente o modelo e o objecto: o associativismo era agora a reivindicação, o desejo de justiça, a melhoria da qualidade de vida assente no pilar liberdade. Comissões de moradores, ligas regionais, associações desportivas, culturais e recreativas, partidos e sindicatos ocuparam o espaço e construíram uma primeira malha informal de relação comunitária fora da instituição Estado.

A integração europeia e o final de século mostraram uma nova realidade. O Portugal não regionalizado quebrou as fronteiras do municipalismo, trocando a relação tradicional com o Terreiro do Paço por uma nova filosofia relacional entre vizinhos primeiro, regiões depois, num nexo de contiguidade territorial entre municípios sem a velha nomenclatura "provincia" e descobriu o caminho de Bruxelas.

Emancipa-se o Poder Local com atribuições, competências e finanças próprias, surgem as associações de municípios e ganham voz as colectividades emergentes num movimento livre de cidadãos.

Nas áreas urbanas o espaço é preferencialmente ocupado por ONG (Organizações não Governamentais) e outros movimentos de gente firme, enquanto nas áreas rurais a multiplicação de parcerias cresce como um segredo dos homens que urge desvendar. Por este ou aquele projecto, por esta ou aquela dificuldade, o país tocou a reunir vontades e a somar cada vez mais as suas diferenças. Assumiu o conceito de auto-estima e percebeu pela primeira vez o desequilíbrio do seu desenvolvimento entre as áreas ditas rurais e as áreas urbanas, identificando esse crescimento desregulado com expressão significativa no eixo litoral Braga - Setúbal. O substantivo "desertificação" transformou-se em verbo e a frase "correção das assimetrias" passou a fazer parte da mesa de operação política como uma doença a combater na democracia emergente.

No mundo rural é nesta dinâmica e caldo social que surgem as Associações de Desenvolvimento Local. Aceitam o legado do movimento associativo tradicional, tornando-o parceiro, mas começam a interpretar técnica e politicamente uma nova ideia de território, limitando-o na expressão colectiva das suas vontades, assumindo de forma definitiva uma luta justa pelo equilíbrio urgente no desenvolvimento económico, cultural e social do país. É hoje uma expressão indelével esta rede de parcerias, que se movimenta "de baixo para cima", desafiando a Administração Central e sua máquina desconcentrada a ser parceira activa no processo de desenvolvimento local e regional. O associativismo ganhou no final de século um novo modelo de intervenção, haja coragem política para o saber aproveitar. E o que é hoje esta rede? De forma autónoma ou em modelo federado (exemplo, Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local) há uma luta a travar que em escalas diferentes tem denominador comum: defender, em primeiro lugar, uma nova atitude perante a problemática do Mundo Rural.

Aqui, há que referir um aspecto essencial: o dos princípios que envolvem toda esta problemática e os comportamentos sugeridos. Não falo dos princípios de primeira ordem - a liberdade, o direito à igualdade e à justiça -, falo antes de princípios que são resultantes daqueles: do imperativo da solidariedade nacional; da capacidade de abertura a soluções inovadoras e eficientes; do respeito pela interculturalidade e a necessidade de integração - não absorção! - de outros povos com outras culturas que se fixam cada vez mais no universo do nosso Mundo Rural (o retorno de África, a mobilidade europeia de emigrantes de sucessivas gerações que regressa, a imigração emergente de novos países enquanto mão-de-obra para o desenvolvimento).

O reforço da identidade cultural das nossas gentes e a integração de novos rostos constitui, por si só, um grande potencial de desenvolvimento que urge incentivar através da preparação de estratégias consistentes e da programação de apoios com essa finalidade. A recuperação e conservação do património e da paisagem rurais, a valorização do saber-ser e saber-fazer tradicionais e o retomar dos seus usos e costumes devem ser enquadrados nessa perspectiva. Mas também acreditar e valorizar novas ideias e representações, porque as comunidades rurais e quem as habita reúnem hoje capacidades para criar, inovar e construir novas arestas ao poliedro Portugalidade, sendo competitivas com as dinâmicas urbanas numa oferta nobre à identidade do país.

É que, perante o atraso do processo de regionalização, que constitui um imperativo constitucional e já referendado em propostas sem sentido, o actual movimento associativo quer dar resposta a necessidades de eliminação de estrangulamentos seculares que nem a realidade "Município" nem o Estado (Administração Central) por si só resolvem, permitindo um contributo fundamental e estratégico à gestão de políticas de desenvolvimento regional e local que o País exige e as populações anseiam a serem implementadas com urgência.

O desafio hoje é compatibilizar o discernimento e as novas capacidades técnicas das associações de desenvolvimento local com as motivações das colectividades tradicionais, firmando contratos de parceria onde a auto-estima e a valorização das populações seja objectivo central... e no caminho desafiar cada um de nós a encostar ombro no ombro outros homens e outras mulheres para que a soma de vontades tenha expressão técnica e política.

É um vento novo que convida à participação e exige de cada um de nós o melhor de nós próprios. Eduardo Lourenço afirmou que "o futuro do nosso passado está confiado à nossa guarda".

Cabe uma pergunta final nesta aragem de motivação de ser plural, ser parte: Vindo de dentro de ti, somando as tuas forças... De que lado sopra o vento?

David Leandro Cruz
Terras de Sico



Confiança do Conselho Rurais / Terras de Sico

Potencial associativo na Cova da Beira

A região da Cova da Beira tem no movimento associativo um grande potencial de desenvolvimento, patente quer no número de associações existentes, quer na natureza das mais de 200 colectividades, todas elas com capacidade para se assumirem como pólo dinamizador das suas localidades.

Mais de metade destas associações estão sediadas no concelho da Covilhã, facto que constitui um claro indicador da importância que o movimento associativo assume na vivência e hábitos da população deste concelho. Neste contexto, a Rude - Associação de Desenvolvimento Rural tem contribuído de forma visível e especialmente significativa para consolidar, no seu âmbito de intervenção - refira-se, a este propósito, a aprovação de diversos projectos no âmbito dos programas LEADER I e LEADER II, bem como do actual LEADER+ -, o papel das restantes associações, quer ao nível das suas condições de funcionamento quer ao nível da diversificação dos equipamentos necessários às actividades por elas desenvolvidas, sobretudo em prol da população mais jovem da região.

As colectividades têm vindo a assumir localmente um papel preponderante na preservação da cultura, etnografia, desporto e animação em geral, tendo sido igualmente apoiadas na concretização de um conjunto de projectos que visam melhorar os "canais" de transmissão dessa riqueza às gerações futuras.

Certos equipamentos integrados nas associações constituem infra-estruturas verdadeiramente essenciais no fomento de actividades de cariz social, possibilitando às crianças, jovens e à população em geral desfrutar de um espaço de convívio, onde se podem realizar actividades de tempos livres de diversa índole, tais como espectáculos culturais e competições desportivas.

Para além do importante papel no desenvolvimento cultural e desportivo da localidade e do concelho onde se inserem, a estas associações competem ainda funções humanitárias, como a colaboração no processo educativo e ajuda na resolução dos problemas que afectam os jovens nas sociedades modernas. Saliente-se, ainda, a importância da participação feminina nos quadros dirigentes destas associações, que em muito têm contribuído para a necessária mudança de mentalidade nas próprias colectividades. Para se perceber a importância do movimento associativo regional no âmbito do Programa LEADER+, refira-se, a título de exemplo, que, até à data, cerca de 25 por cento dos projectos aprovados pela Rude têm como promotores associações/colectividades, que apresentaram iniciativas que vão desde a requalificação e remodelação de instalações à aquisição de equipamento para as sedes sociais, passando pela realização de eventos de diversa ordem (tais como, feiras de cultura, concurso musical, ciclo de colóquios, entre outros), e que são uma demonstração sintomática da dinâmica instalada nestas associações, para as quais a prossecução de actividades que visem fomentar e vitalizar o desenvolvimento da região assume o papel principal.

Rude



Colóquio Internacional em Palmela

De 3 a 6 de Dezembro vai realizar-se em Palmela, sob a iniciativa da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal - ADREPES, o Colóquio Internacional sobre as "Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores e entre Comunidades Rurais e Urbanas".

O encontro vai estar estruturado em *crescendo*, do local ao global, de visitas a experiências no terreno (Poceirão/Palmela, Ferreira do Alentejo e Odemira) à criação de uma rede internacional. Nos dias 3, 4 e 5 de Dezembro, propõe-se aos participantes, vindos do mundo inteiro (E.U.A., Canadá, Japão, Índia, Austrália, Togo, Camarões, Cabo Verde, Espanha, França, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Suíça, Eslovénia, etc.), um tempo para o conhecimento mútuo, a afirmação dos conceitos e a troca de saberes-fazer. A seguir, no dia 6, assumindo um carácter prospectivo, haverá um espaço dedicado à reflexão sobre implicações e propostas relativamente aos grandes desafios da sociedade. Em paralelo, durante o tempo todo do colóquio, estará a decorrer um debate de ideias sobre o interesse e as expectativas relativamente a uma rede internacional, que culminará, no final do encontro, com a sua constituição.

Esta iniciativa surge na sequência do Colóquio Internacional "Contratos Locais entre Agricultores e Consumidores", organizado em Aubagne (França), em Fevereiro de 2004. Deu-se aqui um primeiro passo para desenvolver uma troca de experiências entre diversas práticas, verificadas a nível mundial, de engajamento local entre agricultores e consumidores. Foi a ocasião para a descoberta de pontos, preocupações e objectivos comuns. Assim, em comum e em mira encontram-se o desejo por uma alimentação saudável, uma agricultura que respeite os valores humanos e ambientais, de recriar uma relação de cidadania entre produtores e consumidores. Face aos desafios que se colocam a nível planetário, e movidos em consciência pela necessidade de se unirem e de se organizarem para partilharem e difundirem ideias e abordagens comuns, os participantes deste colóquio separaram-se, com uma carta de intenções, convictos da urgência de se criar uma rede.

Entre Aubagne e Palmela, aconteceram muitas coisas, fruto directo deste movimento internacional. E nomeadamente a nível nacional deu-se início ao projecto RE.CI.PRO.CO. - Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores (Vector 3/LEADER+), coordenado pela INDE e desenvolvido em parceria com a Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira - Taipá, a ADREPES e a ProRegiões. A ideia de fornecer cabazes com produtos agrícolas frescos, directamente do produtor para o consumidor, não é nova. Experiências semelhantes estão a ser desenvolvidas, há bastante tempo, em França (Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne - AMAP), nos E.U.A. e países anglo-saxónicos (Community Supported Agriculture - CSA), ou ainda, no Japão (Teikei). O conceito em comum baseia-se na relação contratual entre produtores rurais e consumidores urbanos e rurais, próximos, geográfica e ideologicamente. Os primeiros "comprometem-se" a fornecer produtos frescos e da época aos segundos. E estes, por sua vez, "comprometem-se", pagando este serviço com antecedência e, contribuindo, assim, para a viabilidade de pequenas quintas agrícolas.

Maria do Rosário Aranha

IDEIAS a valorizar

A INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa) / Rede Portuguesa LEADER+, a Câmara Municipal de Palmela e a AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, estão a desenvolver, em parceria, um projecto-piloto na freguesia do Poceirão (concelho de Palmela) no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL.

O projecto, intitulado IDEIAS - Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção e Actividades Sustentáveis tem como objectivos principais promover o potencial empregador de actividades agrícolas nas zonas de transição urbano/rural, desenvolvendo e explorando novas fileiras de actividades que podem estar associadas a uma imagem renovada e actualizada da actividade agrícola e dos agricultores, sobretudo no que se refere ao seu importante papel de guardiões de um património cultural e ambiental colectivo, de um valor inquestionável para o presente e para o futuro dos territórios rurais.

No quadro das actividades programadas no âmbito deste projecto, nomeadamente as que se referem à requalificação de agricultores em torno de formas de produção integradas e sustentáveis, esta parceria tem como interesse operacional criar e dinamizar, com regularidade, espaços de reflexão entre os diferentes actores locais, através da dinamização de um fórum local – espaço de discussão/reflexão de problemas locais como sejam, o emprego na agricultura e o desenvolvimento de territórios em zonas de transição e sujeitas à pressão urbana.

O efeito demonstrativo das novas funcionalidades, em torno da actividade agrícola e das possibilidades de novos negócios, é a preocupação central deste projecto que, até à data, tem realizado uma série de reuniões e sessões de informação com agricultores e os vários actores locais.

Na esperança que o final deste projecto coincida com a concretização e aplicação local de uma “Carta Ética” para uma produção amiga do ambiente, acreditamos que este projecto, alimentado por uma metodologia activa de investigação-acção e de diagnóstico permanente, seja uma referência importante para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Deste modo, acreditamos que as actividades aqui desenvolvidas vão contribuir para uma reflexão acerca do emprego e o desenvolvimento dos territórios rurais perto das zonas urbanas e sujeitos à pressão imobiliária.

Dando uma atenção particular à igualdade de género e ao reforço das condições de decisão da comunidade local, temos vindo a traçar um quadro de propostas de profissões associadas à agricultura, numa óptica de criação de novos negócios e da dinamização de iniciativas que divulguem e sejam demonstrativas do potencial económico de actividades emergentes em torno da agricultura e das novas ligações entre as populações das zonas urbanas e rurais.

Por fim, importa referir que o cruzamento de duas iniciativas comunitárias – EQUAL e LEADER+ – permitirá reflectir acerca de um quadro de novas propostas em torno do emprego e das novas funcionalidades agrícolas nos territórios sujeitos à pressão urbana, num processo que deverá envolver a população local e do qual resultarão novas propostas adaptáveis a outros espaços e territórios.

Cristina Cavaco (INDE) e
Maria do Rosário Serafim (Rede Portuguesa LEADER+ / IDRHa)



Poçoirão (2008) / Maria Falcão

Congratulo os responsáveis da publicação pela sua qualidade e oportunidade, bem como o interesse para o desenvolvimento do mundo rural. Como médica veterinária municipal, o meu interesse pelos assuntos abordados é total.

Ana Elisa Vieira da Silva
Médica veterinária da Câmara Municipal de Peniche

Sou consultor de muitas empresas que pretendem candidatar-se aos apoios financeiros para a dinamização do investimento privado. O vosso jornal é um instrumento importante na divulgação dos resultados do programa LEADER no desenvolvimento do mundo rural e na consequente fixação humana nestes lugares.

Jorge Ávila
Economista
São Mateus da Calheta

Para quem tem a leitura como passatempo preferido, nasceu no meio rural e aprecia tudo o que está relacionado com ruralidade e desenvolvimento local, o jornal “Pessoas e Lugares” tem muito interesse. Será com muito prazer que o terei em casa como mais um documento de leitura.

José Augusto dos Santos Simões
Reformado
Angra do Heroísmo

O meu interesse pelo mundo rural e iniciativas com ele relacionadas é total. A vossa publicação é fantástica na divulgação que faz destes temas.

António Tavares
Técnico do SNIRB/DRAAL
Fortios

Um bom trabalho e elemento para consulta, conhecimento e base de formação e divulgação do país.

Luís Aires
Eng.
Lisboa

Sem comentários. A qualidade do vosso jornal é extraordinária.

José Freitas Pereira
Professor, Artista Plástico, Investigador
Fafe

Numa zona rural do Interior é sempre bom ler e aprender com um jornal como o vosso.

Paulo Fernando Rodrigues Silveira
Secretário da Junta de Freguesia de Salgueiro
Fundão

O “Pessoas e Lugares” é um jornal muito interessante na medida em que fala dos costumes e actividades das nossas gentes.

Jeremias Silva de Araújo
Grupo Folclórico Santa Luzia da Casa do Povo de Feteiras (Ponta Delgada)

IDRHa
Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa

Fax: 21 357 73 80

E-mail: leader@leader.pt

Fórum

Espaços Rurais, Desenvolvimento e Globalização

Numa moderna unidade hoteleira do Caramulo teve lugar, no passado dia 18 de Novembro, um fórum de reflexão sobre a temática do desenvolvimento e da globalização, tendo como pano de fundo os espaços rurais. A organização desta jornada foi do Club Biored, um projecto de cooperação já fortemente enraizado e protagonizado por associações de desenvolvimento portuguesas e espanholas e de que faz parte a ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, entidade anfitriã deste encontro. Durante a manhã, perto de uma centena de participantes tiveram oportunidade de apreciar três intervenções de fundo. Pedro Afonso Fernandes, do Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos - CIDECE, falou sobre globalização e desenvolvimento rural, passando de uma contextualização da globalização à transformação das sociedades campestres, terminando com três abordagens aos problemas da subsistência e da exclusão. Uma centrada no conceito de *empowerment* (John Friedmann); outra nas condições para um desenvolvimento alternativo (John Friedman) e uma terceira baseada no conceito de sistema regional de inovação (Walter Stöhr). Lucília Salgado, professora na Escola Superior de Educação de Coimbra, falou sobre educação, identidade dos territórios e globalização, abordando o contexto actual da sociedade de informação, o conceito emergente de sociedade do conhecimento e a necessidade permanente de formação. A importância crescente dos diferentes espaços de formação, em que o saber local se torna cada vez mais importante. E a necessidade de ser reconhecido pelo Estado o papel desempenhado pelas instituições do Terceiro Sector, designadamente no campo da educação. António Fontes, da Rede de Desenvolvimento de Projectos Empresariais - RDPE, abordou o turismo em zonas rurais e a globalização. Partindo da constatação da falta de sustentabilidade de um número significativo de iniciativas turísticas em meio rural, em grande parte devido à dispersão das iniciativas e à lógica assistencialista na distribuição dos subsídios, evidenciou a necessidade de um planeamento estratégico que se afirme com um carácter de continuidade. O conhecimento dos mercados turísticos, a definição de novos produtos, a construção de uma viabilidade económica e a operacionalização dos investimentos foram apresentados como chave do sucesso. Como contraponto a estas propostas de reflexão, a parte da tarde foi ocupada com a apresentação de um conjunto de iniciativas locais, consideradas como boas práticas. Foi o caso do projecto RE.CI.PRO.CO - Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores, que a Taipa - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de



Francisco Botelho

Odemira leva a cabo naquele concelho e que pretende uma nova relação comercial - directa e estruturada - entre produtores agrícolas e consumidores urbanos.

Apresentado foi ainda a Rede Cultural coordenada pela ACERT - Associação Cultural e Recreativa de Tondela, um projecto extremamente original e participado, que permite a gestão e a dinamização de um conjunto alargado de espaços culturais, rentabilizando os investimentos e criando novos públicos para as iniciativas culturais.

Finalmente foram referidas as olarias de barro negro do norte de Portugal e o dinamismo empresarial introduzido na cerâmica de Molelos (Tondela) pela introdução da inovação e do *design* moderno. E referida a absoluta necessidade de levar a cabo um processo de recolha de memória que se possa constituir também como base e suporte da necessária modernização. Este fórum, iniciativa do Club Biored e da ADICES, teve continuidade no dia seguinte com uma reunião das associações que o integram e no qual foram equacionadas as questões relativas à sua actividade. Nesta reunião foi ainda apresentado o segundo número da revista Club Biored, uma publicação não periódica que pretende divulgar a actividade do clube, os seus parceiros e os respectivos territórios.

Francisco Botelho

6º Festival de Sopas da Serra da Estrela



Adriano
Crema de Abóbora com Requeijão e Amêndoa, confeccionado pela Fundação D. Laura dos Santos, de Moimenta da Serra, concelho de Gouveia, foi o grande vencedor do 6º Festival de Sopas da Serra da Estrela, organizado pela ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela no passado dia 13 de Novembro, em S. Paio, Gouveia.

Nem o frio, nem a chuva arredaram

as largas centenas de pessoas que aguardaram no recinto da Adega Cooperativa de S. Paio para a prova das vinte e nove sopas (traduzidas em aproximadamente mil litros de sopa) confeccionadas por vinte e cinco participantes, entre particulares, profissionais de restauração e representantes de diversas colectividades.

A concurso estiveram três escalões de sopas: Sopa de Castanhas /Sopas de S. Martinho, onde a grande vencedora foi Maria Ascensão Marques Mendes Martinho com a Sopa de Pedra de Castanhas; Outras Sopas, em que a Sopa de Bacalhau com Broa Frita em Azeite, da Junta de Freguesia de Juncals arrebatou o primeiro prémio; Profissionais de Restauração, onde a Sopa de Cebola Gratinada do Museu do Pão foi a vencedora. A melhor sopa das Instituições de Solidariedade Social/Colectividades foi para a Associação de Promoção Social e Recreativa de Juncals com Sopa Aveludada de Tortulhos e Pão.

Saberes e sabores da Serra da Estrela que promovem e divulgam a tradição e a gastronomia da região e que este ano contaram com a apreciação de Carlos Capote, que presidiu ao júri do Festival de Sopas da Serra da Estrela. Uma iniciativa, comparticipada pelo LEADER+, e que ao longo das edições tem valorizado e promovido os produtos locais da Serra da Estrela sendo hoje parte integrante do roteiro turístico e gastronómico da região.

ADRUSE



Associativismo e Novos Laços Sociais

Monteiro, Alcides A., colecção Labirintos / série Observatório dos Poderes Locais, Quarteto, 2004

A estrutura do texto divide-se em duas partes: "o acompanhamento da forma como os modernos Estados ocidentais (vulgarmente associados à designação de Estados-Providência) têm assumido um papel determinante na garantia da coesão social e dos valores que fundam o contrato social" e "uma análise essencialmente centrada sobre as dinâmicas da sociedade civil e o seu contributo para uma nova ideia de sociedade". Para quem considera a coesão social e o desenvolvimento local e sustentável as duas faces de um mesmo ideal político de vida em sociedade, apresenta-se aqui um trabalho rico e profundo em reflexão e informação sobre temas próximos dos actores do universo do associativismo que encontrarão neste livro uma boa oportunidade para parar e (re)pensar o seu trabalho.



Les associations construisent l'Europe des peuples (1901-2001)

Revue POUR n°169, Março de 2001, GREP (Groupe de recherche pour l'éducation et la prospective)

Em 2001 celebravam-se os 100 anos da lei francesa sobre o direito de associação. Este número da revista serve para relembrar esse marco da história e revisitar o percurso centenário do movimento associativo. Um movimento plural, porque presente a todos os níveis de organização da vida em sociedade. Mas também político, porque algumas delas desempenham um papel fundamental relativamente à formação para a cidadania, também são um parceiro indispensável dos aparelhos políticos. Um movimento que vê na construção de uma "Europa dos povos" um mundo de perspectivas para novos terrenos de acção e novos campos de iniciativa. A revista está dividida em três grandes capítulos: "1945-2000, construir uma paz perpétua (Kant)"; "1957-2001, construir a Europa social de mercado"; e "2001..., o sonho europeu".



Vouzela, Património Natural - Fauna e Flora da Serra do Caramulo

COSME, João; Câmara Municipal de Vouzela; 2003

Com o apoio do LEADER+ /ADDLAP

Publicação editada pela Câmara Municipal de Vouzela onde estão ilustradas a fauna, flora, paisagens e património natural do concelho de Vouzela.

Trata-se da primeira ilustração do património natural do concelho com qualidade e cuidado científico/fotográfico, que tem como objectivos promover e preservar o ambiente natural, podendo servir de apoio para acções de sensibilização da população, assim como contribuir para a promoção turística do território.

O autor desta publicação é um conhecido fotógrafo da vida selvagem que nasceu em Vouzela. ADDLAP



Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Paiva

CRUZ, da Domingos J.; Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva; 2000

Com o apoio do LEADER II /ADDLAP

Roteiro editado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com o objectivo de promover o rico património arqueológico deste concelho.

Destacam-se, nesta publicação, os monumentos megalíticos, como por exemplo a Orca dos Junciais na freguesia de Queiriga, classificada como Monumento Nacional e referenciada por José Leite de Vasconcelos no final do século XIX e as estações medievais, sobretudo os cemitérios rupestres (sepulturas escavadas na rocha), como por exemplo as sepulturas do Carvalhal na freguesia de Vila Nova de Paiva.

Esta edição está inserida numa estratégia integrada de valorização e promoção turístico-cultural de monumentos e sítios arqueológicos de diferentes períodos históricos do concelho de Vila Nova de Paiva, que integrou as seguintes acções: limpeza e sinalização dos monumentos e espaços envolventes, definição de itinerários, acções de formação para professores e para o público em geral e divulgação/promoção através da edição de desdobráveis e roteiro. ADDLAP

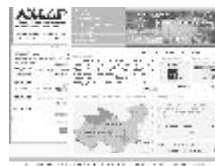


Descrição dos Espécimes Arbóreos da Quinta da Cruz

Com o apoio do LEADER+ /ADDLAP

Esta publicação foi efectuada pelo Prof. Doutor Jorge Paiva e seus colaboradores por solicitação da Câmara Municipal de Viseu, uma vez que esta o considerou de relevante interesse paisagístico e ambiental, não só o conjunto constituído pelos jardins, como também a mata adjacente. Esta edição tem como objectivo dar a conhecer e caracterizar o património arbóreo da Quinta da Cruz, estando inserida num projecto de valorização daquele espaço, através da constituição de uma quinta pedagógica e de percursos pedonais. ADDLAP

www.addlap.pt



A página de abertura do site da ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva apresenta-se muito informativa. O menu, no topo, permite conhecer a associação (Quem somos) e as actividades desenvolvidas (LEADER, Centros Rurais, Planos de Intervenção, Formação, Cooperação). E ainda ficar a par do alojamento que existe na região, da gastronomia e artesanato locais. À esquerda, um "tapete" cronológico da conta das notícias da ADDLAP.

O site convida ainda a conhecer em pormenor o programa LEADER+ /ADDLAP, o projecto de Produção Biológica e Tradicional, no âmbito do Programa Operacional do Centro e os projectos de cooperação da associação, sendo possível fazer o download dos formulários do LEADER+ (candidatura, pedido de pagamento e ficha de projecto), assim como do Regulamento do Plano de Desenvolvimento Local do Programa.

www.animar-dl.pt



Site da ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, que se constituiu em 1993, como Rede para o Desenvolvimento Local em Meio Rural.

Possibilita o acesso a informação mais detalhada sobre a ANIMAR, com apresentação e objectivos, funcionamento, corpos sociais, associados e contactos, além de dados completos sobre parcerias, projectos, representações e protocolos, bem como colóquios, encontros, seminários e edições com organização ou participação da ANIMAR.

O site contempla espaço de Notícias, Agenda (dividida entre actividades organizadas pela Animar e actividades dos associados), Documentos (programas, bibliografias e publicações), e Projectos.

Também é possível visitar um espaço dedicado à MANIFESTA, que permite descobrir o que é a Festa do Desenvolvimento Local, "visitar" as edições anteriores, consultar a Declaração de Trancoso ou conhecer o Caderno de Encargos de 2007, além do acesso ao jornal "Vez e Voz", que permite ler *on line* os artigos das últimas seis edições.

juventude.gov.pt/portal/associativismo



Constituição de Associações, Registo Nacional de Associações Juvenis, Programa de Apoio às Associações Juvenis, Apoios às Associações de Estudantes, Estatuto do Dirigente Associativo, Mecenato, Utilidade pública, ou Associações e plataformas, são as principais informações disponíveis no Portal da Juventude, na secção de associativismo juvenil, numa iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.

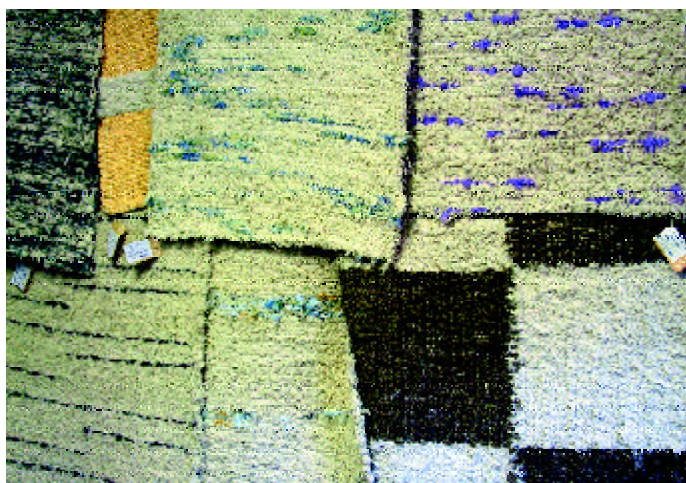
Estes itens proporcionam ainda acesso a informação prática e mais detalhada, como a Aquisição de Personalidade Jurídica de Uma Associação Juvenil, com ligações à Direcção-Geral do Registo e Notariado - Registo Nacional de Pessoas Colectivas, ou proporcionando acesso a documentos e legislação. Em complemento, é possível consultar listagens de federações de associações juvenis ou de associações de estudantes do ensino superior, ou listagens de associações juvenis, bem como aceder a dados estatísticos acerca dos montantes atribuídos a associações nacionais, locais e regionais.

Informação muito completa e detalhada, imprescindível para a constituição de uma associação juvenil e um excelente mecanismo de apoio.

Associação de Artesãos de São Pedro do Sul

Estação de Artes e Sabores

Primeira paragem: um projecto de Luta contra a Pobreza com três escolas-oficinas. Segunda paragem: uma associação privada sem fins lucrativos. Terceira paragem: uma estação da CP transformada em loja e oficina... História de uma viagem por um projecto associativo ligado ao artesanato.



Paula Matos dos Santos

Algodão, linho e lã são as principais matérias-primas. Tapetes grandes e pequenos, tapetes, passadeiras, mantas e carpetes, almofadas, panos de tabuleiro, centros de mesa e toalhas, são alguns dos produtos. Mas há também trabalhos de pintura de azulejos e cerâmica (placas, painéis, quadros, travessas, tabuleiros, louças, pratos, conjuntos de cozinha e de casa de banho, cinzeiros ou jaras), peças feitas com madeira e raízes (bases, acafates, piões, miniaturas de espigueiros e picotas, ou utensílios).

Peças que ganham forma nas instalações da Associação de Artesãos de São Pedro do Sul, constituída em 1999, pela mão de oito artesãos da região, com o apoio da Câmara Municipal de São Pedro do Sul e do Projecto de Luta Contra a Pobreza "Serra Nostra".

Entre 1997 e 1998, são realizadas três escolas-oficinas nas áreas de tecelagem, pintura de azulejos e cestaria, integrada no Projecto de Luta Contra a Pobreza "Serra Nostra", que se constituem como semente do projecto de formar uma associação na área do artesanato. Seis dos formandos destas escolas-oficina juntam-se a dois outros artesãos locais, assumindo a base de associados individuais, que é complementada com a participação da Câmara Municipal de São Pedro do Sul e Centro Social de Vila Maior, na criação de uma associação privada sem fins lucrativos.

A Associação de Artesãos de São Pedro do Sul nasce com o propósito de promoção do artesanato concelhio e criação de canais de comercialização. No arranque, a associação fica sediada no Solar da Lapa, instalações do Projecto de Luta Contra a Pobreza. O espaço funciona como área de fabrico das peças de

tecelagem e azulejaria, enquanto a venda acontece em feiras e no quiosque nas termas. O nomadismo das vendas implica dificuldades de transporte e escoamento dos produtos. Por isso, é bem vindo o auxílio do município de São Pedro do Sul, que cede à associação as instalações da antiga estação da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, da vila. Com apoio da Câmara Municipal e da ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva, avança-se para a recuperação das instalações, transformando-as na Estação de Artes e Sabores. Um espaço multifuncional, que funciona como centro de trabalho e venda, e que está protocolado até 2013.

Trabalho ao vivo

As peças terminadas estão expostas para o consumidor apreciar, mas também existe oportunidade de ver trabalhar ao vivo. Aqui, as tecedeiras executam todas as fases do processo de produção, desde o urdir ao empear, desde o tecer ao acabamento. Em espinha, barra e puxadinhos trabalha-se a tirela. Batida ou abstracta, sai a mara. A metro, picado, com puxados ou bainhas abertas, tece-se o linho.

O novo espaço possibilita o crescimento do projecto, mas não elimina as dificuldades. Segundo Fátima Marques, presidente da Direcção da associação, existe "dificuldade na manutenção de salários", especialmente nas épocas de quebra de visitantes. "No Verão vende-se bem, mas no Inverno é mais complicado", acrescenta a presidente. As dificuldades geraram alguma desmobilização, patente na saída de dois dos associados.

Neste momento, na Estação de Artes e Sabores só estão três pessoas a trabalhar na tecelagem, além de mais duas nos serviços administrativos. Os restantes artesãos trabalham em casa.

Perante as dificuldades de manutenção da associação e do espaço, a Associação de Artesãos de São Pedro do Sul envereda por uma aposta na produção e venda de doçaria regional. Pão-de-ló de Sul, bolo de noz, delícia da estação, broinhas de batata, queijadinhas, caçoilinhos, delícias de amêndoa, biscoitos de noz, mel, laranja e canela, folar da ponte, bolo de maçã, bolo de frutas e bolos de aniversário, lampreia de ovos, pudim molotov, tarte de amêndoa e maçã, além do festivo tronco de Natal, constituem a oferta. Face ao sucesso da iniciativa, no horizonte ganha contornos a confecção de refeições. Para assegurar a produção, foi criada uma empresa de inserção, destinada a "pessoas carenciadas e desempregadas de longa duração". Este modelo permite que a área de doçaria e restauração empregue seis pessoas. A Associação de Artesãos de São Pedro do Sul não perde de vista o objectivo principal do espaço, que é produzir e divulgar o artesanato, mas encontra na diversidade de propostas, a complementaridade e sustentabilidade económica.

João Limão

Associação de Artesãos de S. Pedro do Sul
Estação de Artes e Sabores
Avenida José Vaz, nº 2
3660 São Pedro do Sul
Tel: 232 728 198
E-mail: geral@artesaos-SPsul.org

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 34 | Novembro 2005

Propriedade

INDE - Interooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3.º

1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70

Fax: 21 843 58 71

E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

ADDLAP, Adruse, Álvaro Rosendo, David Leandro Cruz (Terras de Sico), Cecília Gonçalves (DSDR), Guilherme Almeida (ADDLAP), João Cosme, Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Marta Feliciano, Natália Henriques (Adrepes), Rita Vacas (ADL), Rude, Taipa

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas

